



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUCIANA SETÚBAL ARAÚJO

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO
GOVERNO LULA**

**FORTALEZA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

-
- A69a Araújo, Luciana Setúbal.
 Uma análise crítica da nova classe média no governo Lula / Luciana Setúbal Araújo. - 2015.
 53 f. : il., color.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
 Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2015.
 Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.
1. Classe média - Brasil. 2. Mobilidade social - Brasil. 3. Consumo (Economia) – Brasil. I.
 Título

CDD 330

LUCIANA SETÚBAL ARAÚJO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO GOVERNO LULA

Monografia apresentada ao Curso Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Carlos Américo Leite Moreira

FORTALEZA
2016

LUCIANA SETÚBAL ARAÚJO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO GOVERNO LULA

Monografia apresentada ao Curso Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guiar ao longo da minha jornada na busca pelo conhecimento, fortalecendo-me para superar cada novo desafio e perseverar na luta por meus sonhos.

À minha família, pelo grande apoio, suporte e carinho que me forneceu ao longo desses anos, sem os quais eu não teria conseguido tudo que conquistei até hoje.

Ao meu orientador Carlos Américo Leite Moreira, por toda dedicação com qual me direcionou na realização deste trabalho. Sua competência e solicitude foram essenciais para todo o aprendizado que adquiri ao longo desse processo.

Aos colegas do Núcleo de Economia Política Viès, com os quais fui apresentada à visão crítica das Ciências Econômicas, que foi decisiva para minha formação pessoal e acadêmica. Minha gratidão em especial ao professor Fábio Sobral, cuja sensibilidade e clarividência me ajudaram a compreender os impactos das ideias e das decisões econômicas sobre a humanidade e a vida do planeta.

RESUMO

A grande expansão da classe C é considerada por muitos estudiosos como fenômeno que originou o surgimento de uma nova classe média brasileira no governo Lula. O aumento da renda média da população e a expansão do consumo das famílias de baixo rendimento desencadeou um processo de mobilidade econômica nos segmentos de renda da base da pirâmide social, sendo que a ampliação do gasto social e as políticas direcionadas para o fortalecimento do mercado interno são as causas fundamentais desse processo. Dentre essas políticas, as que mais impactaram o nível de consumo das classes baixas foi a valorização real do salário mínimo aliado ao aumento dos postos de trabalho formais, a expansão do crédito para pessoa física e a ampliação dos programas de transferência de renda. Isso evidencia que o fenômeno de crescimento da classe C está vinculado à políticas conjunturais de estímulo à demanda doméstica, dando sustentação ao argumento de que esse segmento não ascendeu de fato à classe média. Dessa forma, neste trabalho são apresentadas as visões divergentes de dois autores sobre esse fenômeno: Marcelo Neri, que faz uma apologia do surgimento da nova classe média, e Márcio Pochmann, que defende o argumento de que a modernização do padrão de consumo da população de baixa renda fez surgir, na verdade, uma nova classe trabalhadora. Assim, a análise dos fatores que potencializaram o consumo classe C, que passou a adquirir mais serviços e bens de consumo duráveis, revela que esse segmento ainda está distante do nível de qualidade de vida da classe média, cujos membros têm ocupações bem remuneradas que, além do maior consumo de bens e serviços, possibilitam principalmente o acesso a melhores condições de moradia, educação e saúde.

Palavras-chave: classe C, mobilidade econômica, mercado de consumo interno.

ABSTRACT

The great expansion of class C is considered by many scholars as a phenomenon that gave rise to the emergence of a new Brazilian middle class under Lula. The increase in the average income of the population and the expansion of consumption of low-income families triggered an economic process of mobility in income segments of the base of the social pyramid, and the expansion of social spending and targeted policies for strengthening the internal market are the root causes of this process. Among these policies, the ones most impacted the level of consumption of the lower classes was the real value of the minimum wage coupled with the increase in formal jobs, the expansion of credit to individuals and expansion of income transfer programs. This shows that the growth phenomenon of class C is linked to the cyclical policies to stimulate domestic demand, supporting the argument that this segment did not ascend in fact the middle class. Thus, this work presents the divergent views of the two authors of this phenomenon: Marcelo Neri, who makes an apology of the emergence of the new middle class, and Márcio Pochmann, defending the argument that the modernization of the consumption pattern of the population of low income brought about, in fact, a new working class. Thus, the analysis of the factors which have worsened consumption class C, which went on to acquire more durable consumer goods and services, reveals that this segment is still far from the level of the middle class quality of life, whose members are well paid occupations, in addition to the increased consumption of goods and services, mainly give you access to better housing, education and health.

Key-words: Class C, economic mobility, domestic consumption market.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ANÁLISE ECONÔMICA GERAL DO GOVERNO LULA	11
2.1 O Primeiro Governo (2003-2006).....	11
2.2 O Segundo Governo (2007-2010).....	18
3 POLÍTICAS QUE FOMENTARAM A EXPANSÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS	26
3.1 Política de Valorização Real do Salário Mínimo.....	27
3.2 Política de Expansão do Crédito	30
3.3 Política de Transferência de Renda e Programas Sociais	33
4 A MOBILIDADE ECONÔMICA NA BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL	35
4.1 Conceituação e Delimitação das Classes Socioeconômicas	36
4.2 O Argumento da Grande Classe Média	39
4.3 O Mito da Grande Classe Média.....	46
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	533

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 2000, o governo e grande parte da mídia alardearam que a expansão da classe C representava o surgimento de uma nova classe média, a qual era um dos reflexos do dinamismo econômico interno do País. A estimativa oficial é de cerca de 40 milhões pessoas ascenderam ao estrato de renda mediano até o final de 2010. Com isso, a classe média passou a ser considerada o estrato predominante da população brasileira. Entretanto, uma análise pormenorizada desse assunto revela que as circunstâncias em que ocorreu a formação dessa “nova classe média”, bem como os fatores que a motivaram, evidenciam, na verdade, o fortalecimento dos segmentos de renda que integram a base da pirâmide social, notadamente os trabalhadores com remuneração de até dois salários mínimos.

Inicialmente, para entender os motivos da expansão classe C e o fortalecimento do consumo dos segmentos de baixa renda é imprescindível avaliar o contexto socioeconômico no qual esse fato ocorreu. Isto é, avaliar as estratégias que nortearam a implantação de políticas no governo Lula, bem como seus impactos sobre o nível de bem-estar da população.

O primeiro mandato de Lula ficou marcado pela adoção de uma postura conservadora, que basicamente manteve as políticas macroeconômicas do governo Fernando Henrique Cardoso, embasadas no tripé composto pelo sistema de metas de inflação, obtenção de superávit primário e câmbio flutuante. Em um cenário econômico externo favorável devido à demanda mundial por commodities estar aquecida, o crescimento do produto interno foi impulsionado principalmente pelo aumento das exportações, o que provocou saldos na balança comercial que foram empregados no pagamento da dívida externa. Isso se deve ao fato de que para aplacar a desconfiança do mercado financeiro, logo nos primeiros dias de governo, Lula assumiu o pagamento da dívida como uma das prioridades de sua gestão.

Contudo, já no final do primeiro mandato Lula iniciou a implantação de medidas que beneficiaram diretamente a qualidade de vida das classes de baixa renda. É o caso da implantação dos programas sociais Bolsa Família e Fome Zero, que asseguraram uma renda mínima e alimentação básica para famílias pobres. Além disso, a política de valorização real do salário-base foi iniciada no ano de 2005, no qual o reajuste anual gerou uma variação real de 7,5% e no ano seguinte esse percentual chegou ao patamar de 14,1%. Portanto, a adoção dessas medidas de estímulo ao crescimento da renda das classes baixas era um indício de que haveria mudanças nas prioridades do governo, que até então estavam centradas no cumprimento de políticas ortodoxas de contenção do gasto público e da inflação.

No segundo governo Lula houve uma reversão significativa das estratégias que direcionavam as políticas econômicas, sobretudo a política fiscal. Em uma conjuntura de manutenção da estabilidade monetária e do ritmo de crescimento do PIB sustentado principalmente pelas exportações, o governo decidiu expandir a política fiscal por meio da realização de obras de infraestrutura e da ampliação do gasto social.

Neste ínterim, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento, que previa um conjunto amplo de reformas tanto físicas com institucionais em setores da economia tradicionalmente deficitários. Os gastos com programas e benefícios sociais também foram ampliados, com destaque em áreas de transferência de renda, moradia, educação, etc. O Bolsa Família foi expandido e tornou-se o principal programa de transferência de renda, chegando a beneficiar mais de 12 milhões de famílias pobres até 2010. No campo da habitação foi implantado o programa Minha Casa, Minha Vida, que facilitou a obtenção da casa própria para famílias de baixa renda por meio da construção de casas populares e do crédito para financiamento habitacional. Na educação, os programas Fies e Prouni concederam milhares de financiamentos e bolsas de estudo, respectivamente, para jovens da rede pública em instituições de ensino superior privadas.

Dessa forma, embora o governo continuasse seguindo as diretrizes impostas pela adoção do tripé macroeconômico, a flexibilização da política fiscal direcionada para o fomento do dinamismo econômico interno, juntamente com a redução da desigualdade de renda e a melhoria da qualidade de vida das classes baixas conferiram ao Estado o protagonismo na realização de avanços no nível de bem-estar da população pobre. Nesse sentido, a expansão do gasto social e as políticas de incentivo à demanda agregada promoveram o crescimento da renda média dos brasileiros e do padrão de consumo dos segmentos de rendimento baixo.

Notoriamente, a modernização do padrão de consumo das famílias das classes E, D e C foi desencadeada pela política de valorização real do salário mínimo aliada à expansão dos postos de trabalho formais, à ampliação do crédito ao consumidor e ao fortalecimento dos programas de transferência de renda. A junção desses fatores em um cenário econômico favorável, com preços estáveis e crescimento do PIB, ensejou a elevação do rendimento e, por conseguinte, do poder aquisitivo dos estratos que compõem a base da pirâmide social. Com mais renda disponível, além dos dispêndios com produtos básicos (alimentação e vestuário), as pessoas desses estratos conseguiram adquirir mais bens de consumo duráveis como computadores, celulares, televisores, etc.

A inclusão das famílias de baixa renda em um novo universo de consumo de bens e serviços, que anteriormente era acessível apenas às famílias dos estratos de rendimento intermediário e superior, aqueceu a demanda doméstica e potencializou o dinamismo interno da economia. Com isso, o comércio foi um dos principais setores favorecidos pela ampliação do padrão consumo da classe C, pois esse é um segmento de renda cujos níveis de poupança são baixos. Isso significa que a parcela majoritária da renda auferida é destinada para o consumo.

No ano de 2008, com a instauração da crise financeira internacional, o cenário econômico favorável que até então havia impulsionado o crescimento do produto interno foi revertido. A demanda mundial de commodities arrefeceu, ocasionando uma queda das exportações brasileiras, do saldo da balança comercial e, conseqüentemente, do saldo das transações correntes, que se tornou deficitário a partir de 2008. Em virtude dos efeitos imediatos da crise o PIB teve uma variação real negativa de 0,6% em 2009, mas a recuperação econômica foi rápida e já no ano seguinte o aumento foi de 7,5%. Nessa conjuntura recessiva, com intuito de torna o mercado doméstico mais robusto, o governo intensificou os gastos sociais e as políticas de estímulo ao consumo das classes baixas, as quais produziram um efeito anticíclico essencial para manter o ritmo interno da atividade econômica.

Nesse sentido, a melhoria da renda média da população e a modernização do padrão de consumo dos estratos de baixo rendimento foram consideradas como fatores característicos do surgimento de um processo de mobilidade econômica, no qual milhões de brasileiros dos estratos da base da pirâmide social teriam ascendido para o estrato intermediário. Assim, o discurso do governo, que foi endossado pela mídia e por economistas como Marcelo Neri, era de que no País havia surgido uma nova classe média em decorrência do fenômeno de crescimento da classe C.

Entretanto, outros economistas como Márcio Pochmann têm uma interpretação divergente desse fato, pois uma análise criteriosa dos fatores que motivaram essa expansão da classe C revela que estes não estavam vinculados à mudanças estruturais como postos de trabalho melhor remuneradas, e sim a políticas conjunturais de incentivo ao consumo e à melhoria da renda das classes baixas, com destaque para a ampliação do crédito pessoal e os aumentos reais do salário mínimo. Portanto, não houve de fato o surgimento de uma nova classe média, mas sim a formação de uma nova classe trabalhadora, forjada pelo fortalecimento do consumo dos assalariados com renda de até dois salários mínimos.

2 ANÁLISE ECONÔMICA GERAL DO GOVERNO LULA

2.1 O primeiro Governo (2003-2006)

No início do primeiro governo Lula, havia muitas incertezas e especulações, principalmente na mídia em geral e entre o empresariado brasileiro, acerca de quais seriam as políticas econômicas adotadas e a forma com que estas seriam conduzidas pelo novo governo. Muitos acreditavam em uma mudança radical nesse sentido e apostavam em um rompimento profundo com as principais políticas econômicas adotadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja maioria era de natureza ortodoxa. Os rumores eram de que novas políticas seriam implantadas, com caráter eminentemente heterodoxo, e mudariam drasticamente o rumo da economia brasileira. Entretanto, Lula surpreendeu a todos, tanto críticos como apoiadores, que acreditavam firmemente em uma “guinada à esquerda” na condução da economia, e manteve as mesmas políticas do governo FHC.

Para aplacar os rumores e a desconfiança que eram destaque na grande imprensa, Lula escreveu a “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual explanou as diretrizes econômicas primordiais de seu governo e evidenciou que, no âmbito econômico, seu governo seria basicamente uma continuação do anterior, comprometendo-se em seguir as recomendações do Fundo Monetário Internacional. Logo isso foi corroborado com a escolha de Henrique Meireles, banqueiro internacional e então deputado, para ocupar a presidência do Banco Central. Assim, as políticas macroeconômicas continuaram a ser embasadas no famoso tripé, composto por câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, que tem como instrumento precípua uma política fiscal austera e taxas de juros elevadas.

De acordo com Moraes e Saad-Filho (2011), os fatores que poderiam ter levado o governo Lula a manter essas políticas foram a crise cambial que atingia o país, a desvalorização do real e o corte do refinanciamento da dívida mobiliária federal seis meses antes das eleições de 2002. Nessa conjuntura propícia ao surgimento de uma recessão, causada basicamente pela desconfiança dos capitais financeiros em relação ao novo governo, o cenário poderia agravar-se ainda mais com um colapso do câmbio e da dívida pública. Contudo, outros economistas argumentaram que, apesar da fuga de capitais, as reservas internacionais continuaram estáveis até o final de 2002 e a desvalorização do real não provocou o temido choque inflacionário. Portanto, não havia motivos relevantes para crise.

Como reflexo das medidas implantadas com intuito de manter a estabilidade monetária, o crescimento do PIB foi 1,1% em 2003. Menos da metade do ano anterior. Todavia, no ano posterior a economia assume uma trajetória ascendente e o produto aumenta em 5,7%. Para Filgueira e Gonçalves (2007) a situação econômica internacional foi deveras favorável durante o primeiro governo Lula, sendo esta a principal responsável pelas taxas relevantes de crescimento do PIB no período. Seguindo o exemplo de outros países em desenvolvimento, o governo Lula aproveitou o aumento da renda mundial e da taxa de investimento, bem como a elevação do volume do comércio mundial e dos preços internacionais das commodities, para alavancar o crescimento brasileiro. Além disso, houve também uma melhoria nas contas externas da maioria dos países, inclusive os subdesenvolvidos.

2.1.1 Política Externa

Os resultados positivos nas contas externas brasileiras foram decorrentes, primordialmente, da ampliação da quantidade e do valor exportações, em virtude da crescente demanda mundial, sobretudo da China, por commodities agrícolas e minerais, além do crescimento dos Estados Unidos e da recuperação da economia argentina. Dessa forma, segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), a melhoria de desempenho das contas externas decorreu dos crescentes superávits comerciais, que suplantaram os déficits estruturais da balança de serviços e rendas, gerando um superávit na conta de transações correntes e contribuindo para redução da vulnerabilidade externa do país, como está evidenciado nos dados da tabela 1 abaixo.

Tabela 1

Balanço de Pagamentos: contas selecionadas 2003-2006 (US\$ milhões)

Contas BP	2003	2004	2005	2006
Transações correntes (saldo)	4.177	11.679	13.985	13.643
Balança comercial (saldo)	24.794	33.641	44.703	46.457
Exportação de bens	73.084	96.475	118.308	137.807
Importação de bens	48.290	62.835	73.606	91.351
Serviços e rendas	-23.483	-25.198	-34.276	-37.120
Conta Capital e Financeira	5.111	-7.523	9.464	16.299
Resultado do Balanço	8.496	2.244	4.319	30.569

Fonte: Banco Central

Embora os resultados superavitários da balança comercial tenham promovido o bom desempenho das contas externas, com melhoria nos termos de troca e geração de saldos

positivos no balanço de pagamentos, esse padrão de comércio externo brasileiro, pautado na comercialização de produtos primários, foi extremamente prejudicial à economia. A médio e longo prazo, o crescimento da participação de produtos primários de baixo valor agregado nas exportações, acompanhado da redução da parcela de produtos de alto valor agregado, intensivos em tecnologia, ocasionou o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, caracterizado pela predominância de commodities agrícolas, minerais e energéticas na composição da pauta. A consequência mais grave desse processo foi enfraquecimento da indústria nacional, que paulatinamente perde competitividade, diminuindo sua participação no PIB e na geração de postos de trabalho. A reprimarização também provocou o aumento da dependência externa do país, em virtude da ampliação da necessidade de importação de produtos intensivos em tecnologia.

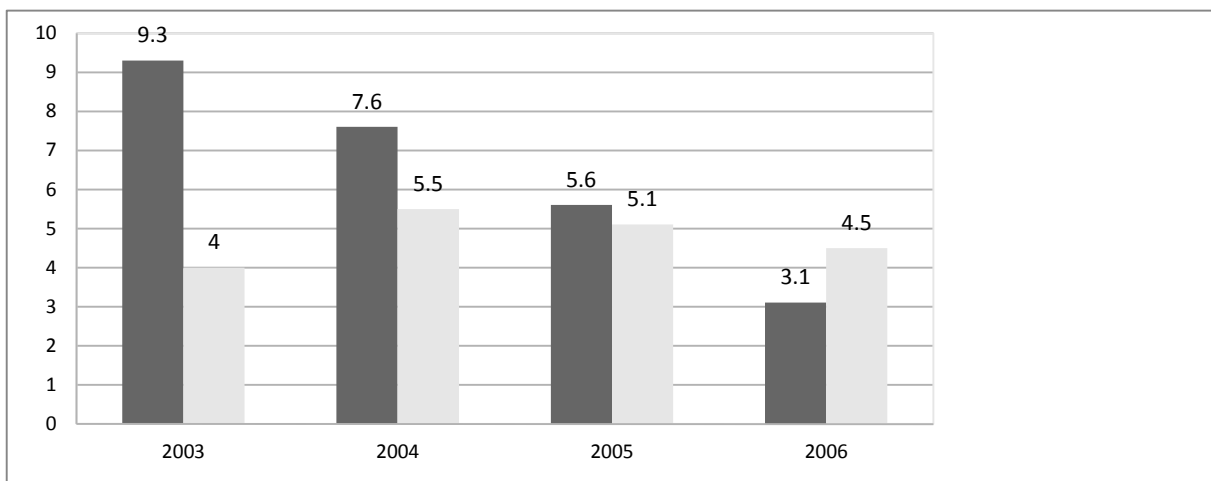
O resultado da redução contínua da participação do setor industrial no PIB é a intensificação do processo desindustrialização do Brasil. Isso decorre do fato de que esse padrão de comércio exterior estimula a produção interna de commodities para o mercado internacional e privilegia o crescimento das exportações em detrimento do mercado interno, o qual é composto, em sua maioria, por trabalhadores de baixo poder aquisitivo, relevantes apenas enquanto produtores e não como consumidores. Dessa forma, esse padrão de comércio externo, juntamente com a implantação de estratégias de financeirização das empresas transnacionais, intensificou um processo duplo e simultâneo de reprimarização e desindustrialização da economia brasileira (MAGALHÃES; MOREIRA, 2014).

No âmbito da política cambial e financeira, com Banco Central atuando de forma “independente”, o governo Lula implantou medidas no sentido de liberalizar a entrada de capital no país, dentre as quais se destacaram a extinção da conta de não-residentes, unificação dos mercados cambiais livre e flutuante, ampliação do prazo para cobertura cambial das exportações e a criação da Medida Provisória nº 281, que sancionou a concessão de incentivos fiscais do governo aos investidores estrangeiros para compra de títulos da dívida pública interna. Conforme Carneiro (2006), o intuito dessas medidas era facilitar a manutenção de depósitos ou investimentos no exterior por parte dos residentes, aumentar a aquisição de títulos da dívida pública e atrair um volume maior de investimentos de capital estrangeiro. A consequência direta da implantação dessas medidas foi ampliação da oferta e da demanda potencial de divisas, o que contribuiu consequentemente para apreciação da moeda.

2.1.2 Política Monetária

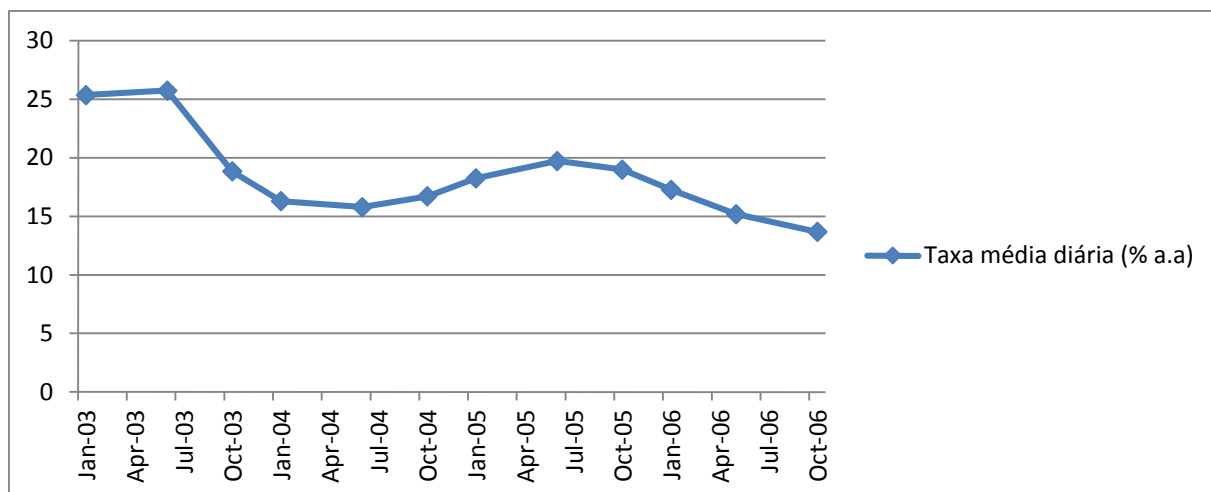
É irrefutável que o governo Lula optou por manter a mesma política monetária do segundo governo FHC, tendo como intuito principal obter a credibilidade dos mercados. Ou seja, em outras palavras, o tripé macroeconômico continuou norteando as estratégias das políticas econômicas domésticas e externas. Dessa forma, a escolha pela manutenção da estabilidade monetária como o objetivo central da economia, está relacionada ao combate da aceleração inflacionária, cujo início ocorreu no governo anterior. Adotou-se, então, uma política monetária restritiva, sendo a taxa de juros o principal instrumento de controle da inflação.

GRÁFICO 1: Centro da Meta de Inflação e IPCA



Fonte: Banco Central do Brasil

GRÁFICO 1.1: Taxa Selic



Fonte: Banco Central

O governo Lula obteve resultados de política monetária relevantes. Em 2003, o IPCA atingiu 9,3%, o dobro da meta estabelecida de quatro pontos percentuais. Nos anos posteriores houve uma desaceleração inflacionária progressiva, com inflação de 3,1% em 2006, bastante abaixo da meta de 4,5%, conforme dados do Banco Central representados no gráfico 1. Analogamente às taxas de inflação, houve redução também da taxa SELIC, que saiu de 25,5% no início de 2003 para 13,75% no final de 2006, como mostra o gráfico 1.1.

Não obstante a redução considerável da taxa básica de juros no período de 2003 a 2006, o Brasil ainda permaneceu praticando uma das maiores taxas de juros reais do mundo. Segundo Paulani (2003), a política monetária restritiva, que visava o controle da inflação, estava equivocada por ser fundamentada no pressuposto de que a elevação dos preços era provocada por inflação de demanda. Entretanto, na prática, a taxa de juros elevada acarretou o crescimento do endividamento público, o qual o governo tentou conter por meio de superávits primários crescentes, ocasionando uma redução do investimento público e do crédito. Além disso, essas taxas de juros elevadas atraíram um número maior de capitais de curto prazo, gerando valorização da moeda e, conseqüentemente, perda de dinamismo no setor externo.

Portanto, a política monetária contracionista, adotada no primeiro governo Lula, é uma das evidências do quão limitador e prejudicial a adoção do tripé macroeconômico pode ser para economia. A utilização de taxas de juros elevadas como o instrumento primordial de combate à inflação provocou redução do investimento e do consumo, afetando negativamente a demanda agregada e o déficit público. Além de prejudicar também o desempenho do setor externo em virtude da apreciação do câmbio.

2.2.3 Política Fiscal

Na seara da política fiscal, que de certa forma estava subordinada à monetária e por isso também era restritiva, o governo decidiu continuar cumprindo a meta de 4,25% de superávit primário e a incluiu na Lei de Diretrizes Orçamentária. Além disso, também aprovou no congresso a Lei das Falências, a Lei das Parcerias Público-Privadas e as Propostas de Emenda Constitucional que sancionaram as Reformas da Previdência Social¹ e do Sistema

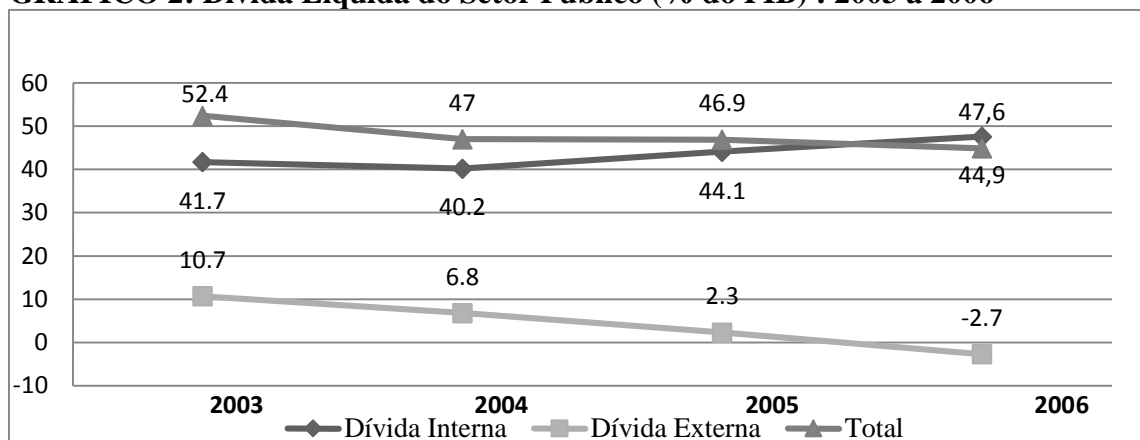
¹ A idade mínima para aposentadoria das mulheres aumentou para 55 anos e dos homens para 60 anos. Essa regra também foi aplicada para os trabalhadores da administração pública. Além disso, foi aprovada a taxação dos inativos e elevou-se o teto de benefícios do INSS (GIAMBIAGI, 2006).

Tributário Nacional², imprescindíveis para realizar a consolidação orçamentária com a qual o presidente Lula havia se comprometido no início do mandato.

Conforme Giambiagi (2006), no primeiro ano de ajuste houve queda real da despesa, porém nos anos subsequentes houve um incremento substancial nos gastos. Já os resultados de superávit primário foram satisfatórios, ficando em torno de 4%, enquanto as despesas com pessoal apresentaram aumento real acumulado negativo no período. Entretanto, houve crescimento da despesa primária total do governo central, cujo aumento das transferências para estados e municípios e os gastos crescentes com INSS foram os fatores agravantes. A rubrica outras despesas, que engloba gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador com seguro-desemprego, pagamento de subsídios, despesas com Banco Central e demais dispêndios também cresceu nos anos posteriores a 2003.

Quando Lula assumiu o governo a dívida pública estava no patamar de 55% do PIB e com o histórico negativo de oito anos consecutivos de aumentos. Para cumprir as exigências do tripé macroeconômico tornou-se obrigatória a obtenção de superávits primários maiores para honrar os juros altos. Isso poderia ocasionar dificuldades políticas com setores que sofreram os cortes de gastos necessários para obtenção do superávit. Contudo, o governo não chegou a enfrentar tais dificuldades porque a dívida pública total ingressou em uma trajetória decrescente a partir de 2004, atingindo o patamar de 44,9% do PIB em 2006. Essa redução do montante da dívida pública decorreu da utilização dos saldos da balança comercial na redução da dívida externa, o que aumentou da dívida interna, como mostra Gráfico 2 abaixo.

GRÁFICO 2: Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) : 2003 a 2006



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

² A Desvinculação de Recursos da União (DRU) foi renovada, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira foi estendida até 2007 e, em 2004, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foi modificada para tributar o valor adicionado em vez de taxar o faturamento (GIAMBIAGI, 2006).

Quatro fatores destacam-se como determinantes para a diminuição relativa da dívida pública. Primeiramente o crescimento da economia, juntamente com o câmbio apreciado e a redução da taxa de juros. Em segundo lugar, o consistente decréscimo da dívida externa, tanto em valores absolutos como em relação ao PIB. Esse decréscimo foi causado diretamente pelos elevados saldos da balança comercial, que aumentaram as reservas e facilitaram o pagamento do principal da dívida externa. Sendo, por isso, o terceiro fator responsável pela redução da dívida. Por fim, o quarto fator é que não obstante os elevados superávits primários obtidos, a dívida pública cresceu, mas diminuiu em relação ao PIB. Conforme dados do BACEN, houve uma redução 5,6% entre 2002, quando percentual da dívida era de 50,5%, e 2006, ano no qual atingiu o percentual de 44,9% (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Portanto, o primeiro governo Lula foi deveras beneficiado pela conjuntura internacional favorável, com a elevação dos preços mundiais em virtude do crescimento da economia norte-americana e, principalmente, da economia chinesa. Além disso, havia ainda uma alta liquidez no mercado internacional. Assim, o governo aproveitou os saldos na balança comercial para equilibrar suas contas e reduzir a dívida externa. Simultaneamente, por meio da implantação de políticas monetárias e fiscais contracionistas, a inflação foi reduzida e realizou-se o ajuste fiscal, com qual foram obtidos superávits primários que chegaram até a ultrapassar a meta estabelecida. Porém, mesmo com efeito recessivo dessas políticas sobre a economia, atingiu-se a taxa média de crescimento PIB de 3,3%, superior às taxas dos dois governos Fernando Henrique, mas inferior às taxas de crescimento do conjunto da economia mundial e até da América Latina no período. Além disso, a taxa de investimento continuou em níveis reduzidos, ao passo que a de desemprego diminuiu, mas permaneceu em níveis elevados, como está representado nos dados da tabela 2 abaixo.

Tabela 2

PIB, Investimento e Emprego (2003 a 2006)

	2003	2004	2005	2006	Média
PIB(var. real %)	1,1	5,7	2,9	3,7	3,3
PIB(<i>per capita</i> , var real %)	-0,1	4,3	1,9	2,8	2,2
Taxa de Investimento. %	15,3	16,1	16,3	16,8	16,1
Taxa de Desemprego %	19,9	18,8	17,0	15,9	17,8

Fonte: IBGE

Em suma, o primeiro governo Lula ficou marcado pelo ajuste fiscal das contas públicas e a continuidade das políticas econômicas ortodoxas implantadas no governo Fernando Henrique, fundamentadas no tripé macroeconômico composto por metas de inflação, sistema de câmbio flutuante e consolidação fiscal. Nesse cenário, o crescimento econômico foi impulsionado basicamente pelo aumento das exportações, caracterizado pela reprimarização da pauta e pela geração de saldos na balança comercial, que foram usados para reduzir a dívida externa. Simultaneamente, a renda per capita continuou em níveis muito baixos, o desemprego elevado e o investimento em patamares muito aquém do necessário para tornar o crescimento do PIB sustentável ao longo dos próximos anos.

2.2 O Segundo Governo (2007-2010)

O segundo mandato de Lula é considerado por muitos como inflexão importante na estratégia de condução da política econômica ortodoxa do primeiro governo. A escolha de Guido Mantega para substituir Antônio Palocci no comando do ministério da fazenda, em 2006, sinalizou para os mercados que haveria mudanças significativas na gestão das políticas econômicas, sobretudo na política fiscal, pois o novo ministro fazia declarações abertas acerca da relevância do gasto público para impulsionar o dinamismo da atividade econômica. A reeleição do presidente foi, então, considerada por muitos como um sinal de aprovação do governo apesar dos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, as diretrizes do tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) continuaram em vigor. Em contrapartida, algumas medidas foram modificadas, como os cortes elevados no dispêndio público, a concessão de crédito e a redução de tributos para alguns setores. Neste ínterim, a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento em 2007 e a reversão do cenário econômico internacional, que se tornou desfavorável devido à crise financeira internacional de 2008, fez o governo optar pela expansão de gastos para fomentar o investimento e o consumo.

2.2.1) Política Externa

No primeiro governo, o bom desempenho das contas externas, com acúmulo de saldo elevados na balança comercial, foi determinante para o dinamismo da atividade econômica. Já no segundo governo, o cenário internacional tornou-se desfavorável devido à desaceleração

do comércio mundial provocada pela crise. O nível alto de reservas em dólar e o passivo externo reduzido do país não foram capazes de conter a deterioração significativa das contas externas no período de 2007 a 2010, em virtude da redução dos saldos da balança comercial e do crescente déficit na conta de serviços e rendas, que tornaram negativo o saldo das transações correntes. Nessa conjuntura, os superávits na conta capital e financeira tornaram-se o fator impulsionador dos resultados positivos do balanço de pagamento.

De acordo com Curado (2011, p. 09), a deterioração no saldo das transações correntes, que se iniciou em 2007, foi ocasionada pela elevação das importações, decorrente da aceleração do crescimento, e pela apreciação da moeda, que ampliou o déficit da conta de rendas e reduziu o saldo comercial. Assim, os superávits do balanço de pagamentos foram sustentados pelos fluxos líquidos de capitais, sob a forma de Investimento Direto Estrangeiro e Investimentos Estrangeiros em Carteira, que se deslocaram para Brasil após crise devido à rentabilidade elevada das aplicações em carteira (diferencial entre a Selic e a taxa internacional) e o dinamismo do mercado interno. Dessa forma, a economia brasileira representou um destino alternativo bastante rentável para os capitais especulativos dos investidores estrangeiros.

Tabela 4

Balanço de Pagamentos: contas selecionadas 2007-2010 (em US\$ milhões)

Contas BP	2007	2008	2009	2010
Transações correntes (saldo)	1.551	-28.192	-24.302	-47.518
Balança comercial	40.032	24.836	25.290	20.267
Exportação de bens	160.649	197.942	152.995	201.915
Importação de bens	120.617	173.107	127.705	181.649
Serviços e rendas	-42.510	-57.252	-52.930	- 70.630
Conta Capital e Financeira	89.086	29.352	71.301	100.102
Resultado do Balanço	87.484	2.969	46.651	49.101

Fonte: Banco Central

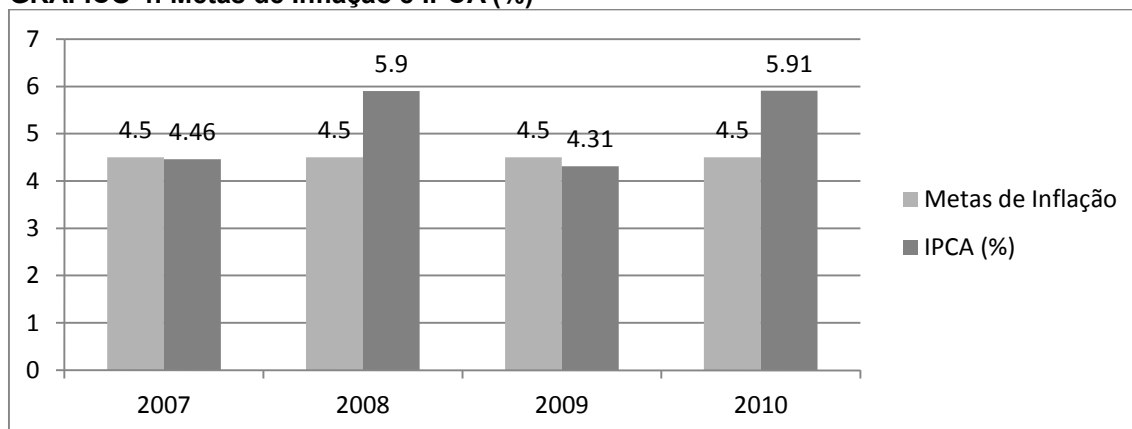
Conforme os dados da tabela 4, fica evidente o desequilíbrio nas contas externas no período de surgimento da crise internacional. Houve redução do valor das exportações devido à queda dos preços internacionais das commodities, os superávits da balança comercial já não eram mais capazes de cobrir os déficits da conta de serviços e rendas e o saldo das transações correntes, de quase US\$ 2 bilhões em 2007, transformou-se em déficits nos anos seguintes, atingindo o patamar negativo de cerca de US\$ 47 bilhões em 2010.

Assim, a vulnerabilidade externa estrutural do Brasil acentuou-se ainda mais no segundo governo Lula. O passivo externo financeiro, dado pela diferença entre a dívida externa menos o investimento estrangeiro direto (participação no capital), que estava no patamar de US\$ 260 bilhões em 2002, atingiu US\$ 924 bilhões em 2010, valor três vezes superior ao de reservas internacionais de US\$ 289 bilhões. Outro indicador da vulnerabilidade externa é a relação entre remessas de lucros, juros e dividendos e o superávit da balança comercial. Essa relação havia caído para 101,8% em 2007 e atingiu 231,1% em 2010, devido o superávit comercial não ter sido capaz de cobrir as despesas do passivo externo, revelando os desequilíbrios de estoques e, conseqüentemente, desequilíbrios nos fluxos de renda no governo Lula (GONÇALVES, 2013).

2.2.2 Política Monetária

A manutenção da estabilidade monetária continuou sendo uma das prioridades do governo. Mesmo com a ampliação do dispêndio público, o sistema de metas permaneceu em vigor e apresentou resultados efetivos, com a inflação em níveis reduzidos e sempre dentro da meta estabelecida pelo Banco Central. Porém, no segundo governo Lula, a inflação oficial foi maior do que no primeiro, chegando a atingir o patamar 5,9% em 2008, que apesar de superior aos 4,5% da meta ainda estava dentro da tolerância, conforme está evidenciado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 4: Metas de Inflação e IPCA (%)

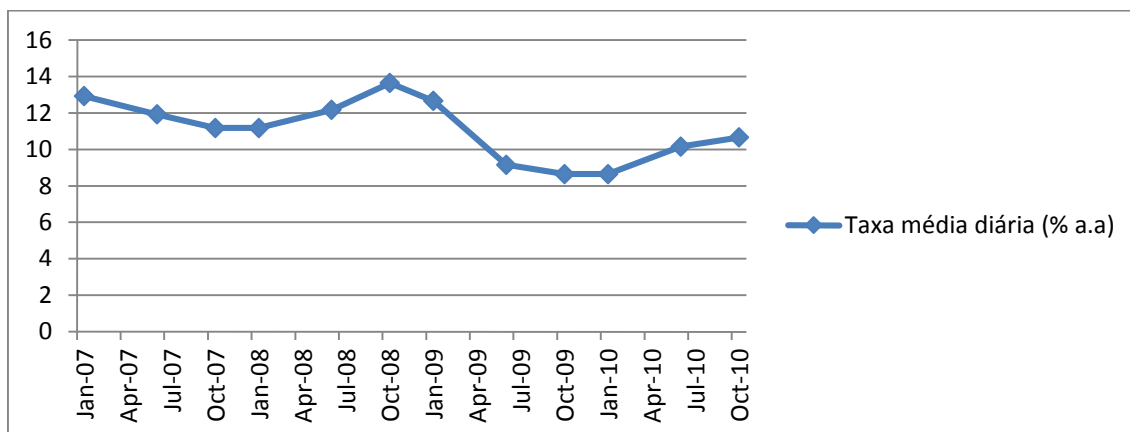


Fonte: Banco Central

Com a permanência da política monetária ortodoxa, a manipulação da taxa de Selic continuou sendo o instrumento principal de controle da inflação. As elevações da Selic continuaram a ocorrer, porém em percentuais menores. Apenas em janeiro de 2009, o Banco

Central começou a fazer reduções contínuas e a taxa média diária chegou a atingir 8,65% em janeiro de 2010, mas já no final do segundo trimestre desse mesmo ano chegou a 10,6% (Gráfico 4.1).

GRÁFICO 4.1: Evolução da Taxa Selic (Taxa média diária)



Fonte: Banco Central

Embora os aumentos da Selic tenham sido menores em relação ao primeiro governo Lula, a trajetória da média diária dessa taxa evidencia a permanência dos juros em patamares elevados, mesmo em plena crise internacional. Além de desestimular o investimento produtivo, segundo Pinto e Teixeira (2012), a manutenção da taxa de juros em níveis elevados gerou grandes custos fiscais e o crescimento progressivo da dívida interna em termos absolutos, apesar da obtenção de superávits primários altos. Dessa forma, juros altos fomentaram os setores financeirizados da economia, particularmente a fração hegemônica bancário-financeira.

2.2.3 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Logo no início do segundo governo, em janeiro de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo era intensificar o ritmo de progresso econômico do país e torná-lo sustentável ao longo do tempo, com a realização de grandes obras de infraestrutura urbana, social, energética e logística. Conforme relatório do Ministério do Planejamento, as medidas econômicas centrais do PAC estavam subdivididas na concessão de incentivos para criação de um ambiente mais propício ao investimento, ampliação do acesso a crédito e financiamento, desoneração tributária, medidas fiscais de longo prazo e a consistência fiscal.

O PAC englobou um conjunto amplo de reformas, tanto na infraestrutura física como

no ambiente institucional, em áreas que são tradicionalmente pontos de estrangulamento do crescimento do PIB. Para remover esses entraves, o programa estipulou ações em cada uma das quatro diretrizes centrais estabelecidas.

No âmbito da melhoria do ambiente de investimento, destaca-se a criação do marco legal das agências reguladoras, aprovação do marco regulatório para o setor de saneamento e a recriação da SUDAM e da SUDENE, cujo intuito era estimular os investimentos no Norte e Nordeste para reduzir as desigualdades regionais. Em relação à expansão do crédito e do financiamento, teve relevância a concessão de crédito da União à Caixa Econômica Federal para aplicação nas áreas de saneamento e habitação, além da redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e dos *spreads* do BNDES para infraestrutura, logística e desenvolvimento urbano. Com o intuito de realizar a desoneração e a administração tributária implantou-se a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que unificou a cobrança dos tributos federais, estaduais e municipais para empresas desse porte, reduzindo a tributação federal e criando um regime de favorecimento nas compras do governo. Além disso, houve o reajuste na tabela de imposto de renda de pessoa física, a prorrogação de cumulatividade do PIS e da COFINS na construção civil e também o aperfeiçoamento do sistema tributário, com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a nota fiscal eletrônica.

Por fim, como contrapartida à necessidade responsabilidade fiscal do governo, o PAC apresentou medidas fiscais de longo prazo, cujas de maior destaque foi o controle das despesas com pessoal, que limitou o crescimento anual da folha de pessoal à taxa de inflação, a maior celeridade e transparência nas licitações, a extinção de empresas estatais em processo de liquidação e a melhoria na gestão da previdência social. Essas medidas refletiam a preocupação que havia no planejamento do programa em relação a sua consistência fiscal ao longo dos anos seguintes. Por isso, no planejamento do programa, o dispêndio de recursos deveria estar equilibrado com a trajetória de continuidade de redução paulatina da dívida pública em relação ao PIB.

Conforme os dados 11º Balanço do PAC, realizado pelo Ministério do Planejamento, o valor total de recursos previstos para o programa foi de 657,4 bilhões para o período de 2007 a 2010. Desse total, 541,8 bilhões foi investido, o que representam 82,4% do total. Os recursos remanescentes, que totalizaram 115,6 bilhões, destinados às obras de construção das usinas do rio madeira, das refinarias do nordeste e da transnordestina ficaram com previsão de conclusão para depois de 2010. Do montante de recursos investidos, as ações concluídas nas

áreas urbana, social, logística e energética totalizaram 225,2 bilhões e as ações de habitação e saneamento somaram 218,8 bilhões. Assim, dos 541,8 bilhões aplicados foram concluídos de fato 444 bilhões.

Em suma, o Programa de Aceleração do Crescimento foi implantado com intuito primordial de acelerar o crescimento do PIB, equiparando-o aos demais países emergentes, juntamente com avanços na equidade social. Por isso, o programa previa o planejamento e a execução de obras de infraestrutura e reformas institucionais em setores do país tradicionalmente desfasados. Entretanto, houve diversos erros na concepção, implantação e gestão do PAC. Conforme Costa Júnior (2012, p. 197):

Analisando o balanço de quatro anos do PAC, publicado no final do Governo Lula, a primeira conclusão encontrada é que, com base nos relatórios do TCU, os dados publicados pelo governo encontram-se inflados. Se retirarmos do balanço as inconsistências verificadas pelo TCU, verifica-se que a porcentagem de execução do programa cai drasticamente. Verificou-se, também, que os investimentos propostos no programa estão muito aquém das necessidades de investimentos em infraestrutura da economia brasileira (mesmo que se levante a hipótese de 100% de execução do programa).

Conclui-se, também, que o PAC não pode ser considerado como um programa de desenvolvimento, nem como uma inflexão para a maior participação do Estado na economia, visto que apenas 9% de seu orçamento, em sua proposta original, tem como origem o orçamento da união, ficando sua execução financeira, nos quatro anos de balanço, muito aquém da proposta. Longe de resgatar o papel do Estado como planejador e fomentador de políticas de desenvolvimento, o PAC, possuindo uma visão de curto prazo e projetos desconectados, não representa um programa de desenvolvimento.

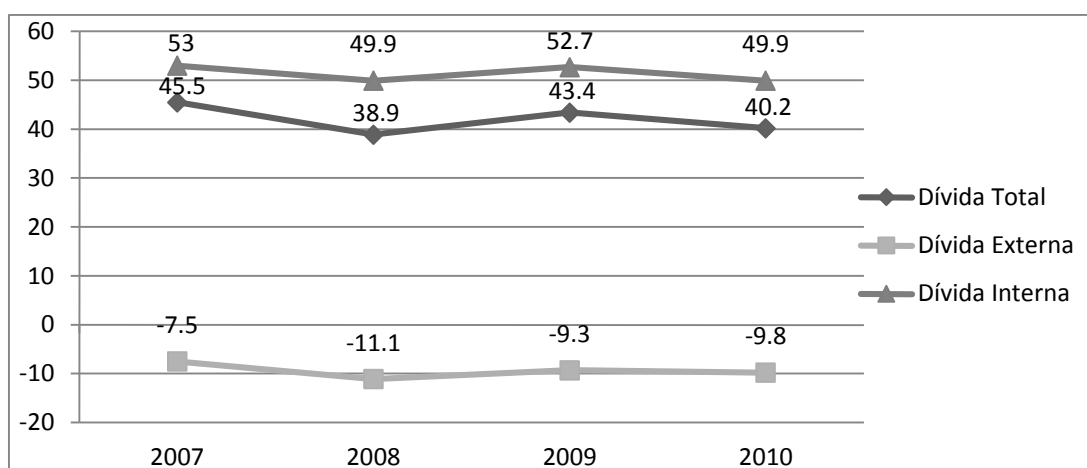
2.2.4 Política Fiscal

No plano fiscal, o segundo mandato foi claramente marcado pela flexibilização dos gastos do governo, devido, sobretudo, a realização das obras previstas no PAC e a adoção de políticas anticíclicas, que visavam minorar os efeitos deletérios da crise financeira internacional iniciada em 2008. Assim, o Estado assumiu o protagonismo na criação de um ambiente econômico favorável ao investimento, ao crescimento da renda e à ampliação do emprego. Para atingir esses resultados, o instrumento primordialmente utilizado foi a ampliação de medidas de fortalecimento do mercado interno, que já haviam sido iniciadas no primeiro governo, como a política de valorização real do salário mínimo, a ampliação do acesso a crédito e o fortalecimento dos programas de transferência de renda.

Não obstante a expansão do gasto público no período, as finanças do país continuaram equilibradas, com a obtenção de superávits primários e a permanência da dívida pública total

em uma trajetória decrescente, apresentando elevação apenas no ano de 2009, em virtude do efeito negativo imediato da crise financeira internacional. Segundo Curado (2011) houve também uma melhoria no perfil da dívida mobiliária interna decorrente de alterações dos indexadores, que reduziram os efeitos gerados pelo câmbio flutuante e a política monetária, em virtude da diminuição do passivo mobiliário interno indexado à Selic e ao câmbio. Contudo, devido às reservas internacionais elevadas e o pagamento do principal da dívida externa, a dívida interna começou a crescer desde 2005 e, embora tenha atingido percentuais menores em relação ao PIB nos anos de 2008 e 2009, continuou em um patamar ainda mais elevado no segundo governo Lula, como evidencia o gráfico 3 abaixo.

GRÁFICO 3: Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) : 2007 a 2010



Fonte: Banco Central

A crise financeira internacional, originária do colapso das hipotecas *subprime* no mercado imobiliário norte-americano, rapidamente afetou a economia dos demais países do globo, principalmente os mais desenvolvidos. Simultaneamente, países emergentes, como a China e a Índia, foram os que menos sofreram os impactos negativos da crise devido à realização de mudanças em suas estratégias de política econômica. Seguindo o exemplo dos demais países emergentes, o Brasil também implementou medidas para tornar o mercado interno mais robusto. Assim, em decorrência da implantação dessas medidas, o dinamismo do mercado doméstico foi fator principal a impulsionar as taxas de crescimento do PIB.

A partir da flexibilização da orientação contracionista da política fiscal atingiu-se uma taxa média de expansão do produto interno de 4,6% entre os anos de 2007 e 2010. Essa taxa foi sustentada basicamente pelo aumento dos investimentos públicos e privados, aliados à elevação do consumo das famílias. Caracterizando, assim, o surgimento do consumo de massa

no Brasil, que conciliou crescimento econômico com distribuição de renda, sendo a ampliação do crédito e a redução da taxa de desemprego, juntamente com a valorização real do salário-base, os motivos primordiais da elevação do poder aquisitivo das famílias.

Essas medidas de fortalecimento do mercado interno começaram a ser adotadas desde 2006. Todavia, a necessidade de adoção de uma política anticíclica para combater os efeitos negativos da crise fez com que o governo ampliasse a escala dessas políticas. O crédito foi expandido de 26,1% do PIB no final de 2003 para 45,2% no final de 2010, cujos principais impulsionadores dessa expansão foram os investimentos financiados pelo BNDES e o crédito consignado para pessoa física. Além da expansão do crédito, outras medidas de destaque foram as reduções das alíquotas do imposto de renda e do IPI sobre automóveis novos, eletrodomésticos e materiais de construção. Houve redução também do IOF nas operações crédito para pessoas físicas e da COFINS sobre motocicletas (PINTO; TEIXEIRA, 2012).

Com essas medidas o governo conseguiu equilibrar níveis baixos de inflação com taxas de desemprego decrescentes e crescimento do produto elevado. Em de 2006, a taxa de desemprego ingressou em uma trajetória de queda bastante significativa, saindo do patamar de 10% para 6,7% no final de 2010. Da mesma forma, houve um incremento da taxa de investimento no período, que atingiu a marca de 19,1% em 2008, mas no ano seguinte decaiu e encerrou 2010 com 18,4% em relação ao PIB. A taxa de crescimento do PIB também apresentou uma variação positiva considerável. Em 2007, a taxa foi 6,1%, porém nos dois anos subsequentes apresentou uma queda e atingiu a marca de -0,6% em 2009, devido principalmente os efeitos negativos imediatos da crise internacional. Contudo, houve uma recuperação rápida da economia e o ano de 2010 foi encerrado com a taxa de 7,5%.

Tabela 3

PIB, Investimento e Emprego (2007 a 2010)

	2007	2008	2009	2010	Média
PIB(var. Real %)	6,1	5,2	-0,6	7,5	4,5
PIB(<i>per capita</i> , var real %)	4,8	3,9	-1,3	6,5	3,5
Taxa de Invest. %	17,4	19,1	16,9	18,4	17,95
Taxa de Desemprego %	9,3	7,9	8,1	6,7	8,0

Fonte: IBGE e IPEA

Portanto, a mudança na condução da política fiscal, no sentido de ampliar o gasto público para garantir um ambiente propício ao investimento e ao consumo, foi de suma importância para que o País continuasse trilhando o caminho do crescimento econômico como os demais países emergentes. O governo aproveitou o cenário internacional de crise para priorizar políticas econômicas conjunturais, que geraram um efeito anticíclico de expansão da demanda agregada. Juntamente com a execução das obras e reformas do PAC, essas políticas possibilitaram a criação de mais postos de trabalho e o aumento da renda da população. A ampliação do gasto público para fortalecer o mercado interno gerou resultados positivos no curto prazo. Entretanto, foi insuficiente para que o país ingressasse de fato em uma trajetória sustentável de desenvolvimento econômico no longo prazo. Para isso, era imprescindível a realização e o cumprimento de um planejamento econômico pelo governo, no qual a política fiscal deveria estar direcionada para investimentos e reformas em setores estratégicos como educação, infraestrutura, ciência e tecnologia.

3 POLÍTICAS QUE FOMENTARAM A EXPANSÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS

É notório o fato de que na década passada o mercado de consumo doméstico passou por transformações significativas. Em um cenário econômico de estabilidade de preços, crescimento do produto interno e baixo desemprego, o governo Lula implantou uma estratégia de condução das políticas econômicas que estava intrinsicamente ligada a uma agenda social de mudanças, a qual tinha como objetivo central melhorar o nível de bem-estar da população de baixa renda.

Dessa forma, na dinâmica atual das economias globalizadas que institui o consumo como mecanismo majoritário de inserção socioeconômica dos indivíduos, o aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras, sobretudo aquelas de baixo rendimento pertencentes às classes E, D e C, representou um avanço do padrão de consumo de milhões de pessoas, as quais passaram a ter acesso a serviços e produtos industrializados que eram exclusivos das classes média e alta. Essa modernização do consumo dos segmentos de renda baixa foi promovida por medidas implantadas pelo governo, dentre as quais se destacou o aumento real do salário mínimo aliado à expansão do emprego formal, a ampliação do crédito popular e das transferências de programas e benefícios sociais. Em conjunto, esses fatores ocasionaram o crescimento da renda média e, conseqüentemente, do nível de consumo das famílias.

3.1 Política de Valorização Real do Salário Mínimo

A vitória de um ex-operário e líder sindical nas eleições presidenciais de 2002 foi interpretada por muitos como uma conquista das classes assalariadas, que ansiavam pela garantia dos seus direitos, por melhorias de bem-estar e pelo atendimento de reivindicações históricas, cuja valorização real do salário mínimo e a ampliação dos postos de trabalho figuravam entre as de maior destaque.

No primeiro mandato de Lula houve basicamente uma continuação da política macroeconômica restritiva adotada pelo governo Fernando Henrique. Essa postura demonstrou claramente a preocupação inicial do novo governo em obter a credibilidade do empresariado e demais setores conservadores. Com esse intuito, realizou-se, então, o ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas, sendo que a busca pela manutenção da estabilidade monetária continuou a ser norteadada pelo sistema de metas da inflação e o sistema cambial permaneceu flutuante.

Entretanto, os sindicatos e demais organizações trabalhistas estavam insatisfeitos e cobravam constantemente do governo o cumprimento das promessas de campanha, com a implantação de políticas que melhorassem a qualidade de vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, em dezembro de 2004, as centrais sindicais realizaram a Marcha por um Salário Mínimo Digno, na qual foi entregue ao presidente um documento que propunha uma política de longo prazo para definição e regulamentação do reajuste do salário base.

Os opositoristas do governo criticavam veementemente essa política, alegando a possibilidade de ocorrerem impactos negativos sobre a Previdência Social e as contas públicas, além do surgimento de pressões inflacionárias e do aumento da informalidade. Contudo, a fragilidade desse discurso foi evidenciada por alterações na política macroeconômica, em uma conjuntura elevação do produto interno, que ensejaram o aumento do emprego formal e da massa salarial e, conseqüentemente, uma maior arrecadação de contribuições sociais e previdenciárias. Assim, o crescimento do PIB e a manutenção da estabilidade monetária criaram o cenário propício para o êxito da política de valorização real do salário mínimo (SANTOS & GIMENEZ, 2005; SANTOS & GARRIDO, 2006 apud SOUEN, 2013).

Neste ínterim, a retomada de dinamismo da economia fomentou a expansão do

mercado de trabalho, sobretudo com a ampliação dos postos de trabalho formais. Nesse cenário, os fatores preponderantes para o crescimento do mercado de trabalho formal foram o aumento da produção das médias e grandes empresas, juntamente com o avanço das políticas sociais e das contratações do setor público, além da elevação dos gastos das famílias e empresas em decorrência do maior acesso a crédito de longo prazo. Destacou-se, ainda, a atuação fiscalizadora mais intensa do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho nos estabelecimentos, com intuito de coibir a informalidade e aumentar a arrecadação de contribuições previdenciárias e de tributos (CARDOSO JR., 2007; BALTAR, 2010 apud SOUEN, 2013).

Com a inflação controlada e o PIB em crescimento, o governo optou por adotar a política de valorização real do salário como um dos instrumentos de estímulo à expansão do emprego e da renda, que foi assegurada com na fórmula de reajuste anual do piso mínimo³. Nesse sentido, segundo Souen (2012) houve um processo de recomposição do salário mínimo que foi sustentado pela ampliação dos postos de trabalho e pela elevação da renda média do trabalho, principalmente nos anos de 2005 e 2006. Com a manutenção do ritmo de crescimento econômico e do emprego criou-se um cenário que propiciou os reajustes contínuos do piso nacional nos anos subsequentes. Isso influenciou a elevação do salário médio real e, juntamente com os ajustes nos pisos das categorias e a criação de mais postos de trabalho formais, ocasionou um incremento substancial da massa salarial, cujas maiores taxas de variação chegaram a 7,4% em 2005 e 10,7% em 2006 conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir de 2006, a política de valorização real do mínimo continuou a ser expandida e, com o advento da crise internacional no final de 2007, foi consolidada como política econômica anticíclica e social, devido, respectivamente, a elevação progressiva do poder aquisitivo do salário mínimo, que ao garantir o nível de consumo das classes mais baixas contribuiu para manutenção do dinamismo interno da economia, e promoveu a inclusão socioeconômica dos segmentos de baixa renda por meio da ampliação do emprego formal.

A constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e a ampliação do gasto social em relação ao PIB ensejaram uma melhoria significativa de bem-estar para população em geral.

³ A Lei nº 12.282, de 25 de fevereiro de 2011 até 2015, regulamentou a fórmula do reajuste anual do salário mínimo, o qual deve corresponder à variação do PIB do ano retrasado somada a inflação do ano anterior medida pelo INPC.

Com a crise em 2008, a elevação real do salário mínimo, aliada aos benefícios da previdência e da assistência social, evitou que cerca de 45% dos brasileiros estivessem em situação de extrema pobreza. Além disso, favoreceu a ampliação do emprego e da renda principalmente para os segmentos da população localizados na base da pirâmide social brasileira, a qual apresentou um estreitamento devido à mobilidade significativa dos segmentos de baixa renda (POCHMANN, 2014).

Tabela 5

Salário Mínimo Nominal, Real e Renda Média do Trabalho (em R\$) e Taxas de Variação Anual (em %) (2003-2006)

Período	SM nominal	SM real	Renda média	Var. nominal	Var. real	Var. renda
2003	240,00	233,33	898,65	18,6	1,3	-
2004	260,00	255,00	898,93	9,3	2,9	0,03
2005	300,00	290,00	935,99	13,7	7,5	4,1
2006	350,00	341,67	1004,88	17,8	14,1	7,4
2007	380,00	453,86	1035,97	9,8	5,5	3,1
2008	415,00	464,66	1048,16	9,1	2,4	1,2
2009	465,00	498,22	1067,17	12,6	7,2	1,8
2010	510,00	524,68		10,7	5,3	

Fonte: IBGE e PNAD (microdados)

Nota 1: Salário mínimo em reais de dezembro de 2010. Índice de inflação utilizado foi o INPC (IBGE)

Os dados da tabela 5 evidenciam que no final do primeiro governo Lula a valorização real do mínimo tornou-se ascendente, atingindo taxas de variação de 7,5% em 2005 e 14,1% em 2006. Com os reajustes no valor do salário nominal, o salário real tornou-se superior ao nominal a partir de 2007. Portanto, a política de valorização real do salário mínimo e a ampliação do emprego formal contribuíram significativamente para o crescimento do PIB e para ampliação da qualidade de vida dos trabalhadores de rendimento baixo, com renda de um até dois salários mínimos.

Dessa forma, a política de ganho real do salário-base foi bem-sucedida em relação à manutenção do dinamismo econômico e à redução da desigualdade social, pois contribuiu para ampliar e aquecer o mercado interno a partir do aumento do poder aquisitivo dos assalariados das classes mais baixas, principalmente no período de 2007 a 2010. Tendo em vista que a melhoria de renda ocorreu nas famílias da base da pirâmide social, ou seja, nas

classes D e E, a valorização real do salário mínimo não é uma medida que influi diretamente na ampliação da classe média, que é um segmento cuja remuneração não é atrelada ao mínimo. Portanto, o efeito dos ganhos reais do piso mínimo sobre a classe média manifesta-se de forma indireta, em virtude de ter sido um dos fatores que impulsionaram o fortalecimento do mercado interno e o crescimento do PIB, principalmente no período de instauração da crise internacional.

3.2 Política de Expansão do Crédito

Não obstante o sistema financeiro brasileiro ser considerado internacionalmente como sólido e desenvolvido, sempre houve uma defasagem histórica na oferta de crédito (crédito/PIB). Considerando as peculiaridades do desenvolvimento econômico brasileiro, um dos motivos dessa oferta baixa é a preferência dos bancos por aplicar recursos na rolagem da dívida pública, em detrimento do financiamento de atividades produtivas. Entretanto, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve uma grande elevação da oferta de crédito em decorrência da retomada do crescimento do PIB, do fortalecimento do mercado trabalho formal e da elevação dos rendimentos do trabalho estimulada pela política de valorização real do salário mínimo (DIEESE, Nota técnica nº 135, 2014).

Outro fator que influenciou a expansão do crédito foi a elevada liquidez do mercado financeiro internacional, que juntamente com o alto diferencial de taxas de juros, promoveu o crescimento do fluxo de capital externo para o mercado doméstico e estimulou o aumento da captação de recursos financeiros no exterior por parte de empresas e de bancos (Baltar *et al.*, 2009).

Embora a política monetária adotada pelo governo tenha sido de natureza contracionista, foram implantadas diversas medidas que ampliaram e democratizaram o acesso ao crédito principalmente às camadas da população de renda média e baixa. Os protagonistas desse processo de expansão foram os bancos públicos, principalmente com o Caixa Aqui da Caixa Econômica Federal e o Banco Popular criado pelo Banco do Brasil, que promoveram a inclusão financeira de milhares de pessoas. Para isso, o principal instrumento inclusivo empregado foi a ampliação do microcrédito e da modalidade de crédito consignado.

Na modalidade de crédito para investimento produtivo e financiamento de longo prazo o maior destaque foi a atuação do BNDES, que teve papel estratégico principalmente

fornecimento de recursos financeiros para realização das obras do PAC. Uma evidência clara disso foram os volumes crescentes de recursos que o banco destinou à concessão de crédito, cujo valor anual mais que triplicou entre o período de 2003 e 2010.

Conforme Costa Júnior (2012), no início do primeiro governo Lula, a concessão de crédito aumentou significativamente para pessoas físicas e jurídicas. Essa ampliação do crédito pessoal ocorreu, sobretudo, devido à difusão da modalidade do consignado para servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Já a expansão do crédito a pessoas jurídicas foi decorrente da facilidade de obtenção de crédito por parte de empresas com dificuldades financeiras, em virtude da reforma da Lei das Falências em 2004.

A tabela 6 abaixo evidencia o crescimento vultoso do crédito livre para pessoas físicas e jurídicas. O crédito direcionado também aumentou, sendo o BNDES o principal responsável pela maior parte dos recursos, que totalizaram R\$ 357,8 bilhões em 2010, representando uma participação 10% em relação ao PIB. O crédito direcionado para habitação também cresceu bastante devido com a implantação de linhas de crédito do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida, cujo intuito era reduzir o déficit habitacional do país facilitando a obtenção de financiamento à famílias de baixa renda para compra da casa própria. Assim, o crédito habitacional aumentou de R\$ 59,7 bilhões em 2008 para R\$131,4 bilhões em 2010, o que representou nesse último ano uma participação de 3% em relação ao PIB.

Tabela 6

Evolução do crédito total

Período	2002	2004	2006	2008	2010
Livre	240,2	317,9	498,3	871,2	1.116,0
Pessoa física	90,5	138,6	238,0	394,3	560,0
Pessoa jurídica	149,7	179,4	260,4	476,9	556,0
Direcionado	144,2	180,8	234,3	356,1	589,8
BNDES	93,4	110,0	139,0	209,3	357,8
Habitação	22,6	24,7	34,5	59,7	131,4
Rural	24,9	40,7	54,4	78,3	86,8
Demais	3,3	5,4	6,4	8,8	13,8
Total (em R\$ bilhões)	384,3	498,7	732,6	1.227,3	1.705,8
Participação (em % do PIB)					
Livre	13,8	15,6	20,6	28,2	30,4
Pessoa física	13,8	15,6	20,6	28,2	30,4

Pessoa jurídica	8,6	8,8	10,7	15,4	15,4
Direcionado	8,3	8,9	9,7	11,5	16,0
BNDES	5,4	5,4	5,7	6,8	10,0
Habitação	1,3	1,2	1,4	1,9	3,0
Rural	1,4	2,0	2,2	2,5	2,7
Demais	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3

Fonte: Banco Central

Essa expansão da oferta de crédito pressionou a elevação da taxa inadimplência, porém não chegou a atingir níveis preocupantes. Em dezembro de 2003, segundo dados da Serasa Experian¹, as dívidas em atraso das empresas junto aos bancos apresentaram uma variação acumulada anual de -0,1% e de 8,4% em relação a outras empresas financeiras e não-financeiras. Nos anos subsequentes essas taxas oscilaram bastante, apresentando o maior patamar em dezembro de 2009, principalmente devido os impactos negativos da crise internacional. Assim, a taxa de inadimplência com os bancos atingiu 36,9% e com as financeiras e não financeiras 40,2%, entretanto, no último mês de 2010 essas taxas apresentaram, respectivamente, percentuais de 7,9% e 15,1%, os quais evidenciaram uma redução significativa das dívidas em atraso das empresas.

A taxa inadimplência do consumidor também oscilou bastante no primeiro governo Lula, porém não atingiu níveis elevados. Conforme dados da Serasa Experian², em dezembro de 2006, as dívidas em atraso com empresas financeiras, não-financeiras e cartões de crédito apresentaram a taxa de 19,1% e com os bancos de 7,3%. Nos anos posteriores a inadimplência do consumidor cresceu consideravelmente, sobretudo em relação aos bancos. Em dezembro de 2008, essa taxa de variação acumulada anual atingiu 25,2% e, embora tenha atingido -0,9% em dezembro de 2010, a taxa de inadimplência com financeiras, não-financeiras e cartão de crédito foi de 39,7%.

Outro reflexo da expansão do crédito foi a elevação do endividamento das famílias, o qual apresentou um trajetória ascendente desde 2005. Conforme dados do Banco Central³, em janeiro de 2005 a taxa de famílias endividadas era de 18,42%. Nos cinco anos seguintes essa taxa continuou a aumentar, atingindo o patamar de 39,38% em dezembro de 2010. Contudo, ao analisar qualidade desse endividamento é possível constatar que com a exclusão das dívidas pela captação de crédito habitacional, essa taxa no cai para 30,56%.

Dessa forma, a política de ampliação da oferta de crédito, principalmente para os

segmentos de baixa renda da população, aliada ao crescimento do PIB, à manutenção da estabilidade monetária, à ampliação do emprego formal e do ganho real do salário mínimo, ensejaram uma expansão positiva da base monetária da economia, que fomentou o dinamismo do mercado interno. Com a expansão do crédito consignado e da atuação das cooperativas de crédito, famílias de renda média e baixa conseguiram adquirir mais bens de consumo duráveis e financiar a compra da casa própria. Assim, a democratização do acesso ao crédito proporcionou uma melhora temporária no nível de consumo dessas famílias. Entretanto, melhor qualidade de vida e mobilidade social demandam que a elevação do poder aquisitivo estivesse vinculada principalmente a ganhos obtidos de renda proveniente do trabalho.

3.3 Política de Transferência de Renda e Programas Sociais

No governo Fernando Henrique houve a implantação de programas sociais que visavam suprir parcialmente as carências básicas da população em situação de pobreza. Criaram-se vários instrumentos de transferência direta de renda, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Porém, os recursos e a cobertura desses programas eram limitados. Quando assumiu a presidência, Lula expandiu e fortaleceu esses instrumentos com a ampliação do número de beneficiários e do volume de recursos destinados a esses programas de transferência. Com isso, inaugurou-se uma política social mais abrangente e efetiva, que capitaneada pelos Programas Bolsa Família e Fome Zero, obteve resultados exitosos, fazendo com que milhões de famílias superassem a miséria e a pobreza.

De acordo com Marques (2008), logo no início do primeiro governo, o Bolsa Família tornou-se o programa de maior destaque e valorização. A finalidade desse programa era combater a exclusão social e a miséria, promovendo a emancipação econômica das famílias mais pobres. Uma característica relevante do Bolsa Família é a fixação de uma parte do benefício, que não é vinculada às condicionalidades como filhos na idade escolar. Isso pode ser entendido como garantia de uma pequena renda mínima para as famílias beneficiadas. Entretanto, é apenas um valor complementar à renda principal da família.

Os mecanismos de transferência direta de renda incluem seis valores de benefícios, que podem variar de R\$70,00 a R\$320,00 e atendem gestantes e famílias com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Segundo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, em 2003 quando o programa foi lançado, havia cerca de 500 mil famílias beneficiadas.

Em 2010, esse número chegou a 12.768.79 milhões. Além disso, entre os anos de 2003 e 2013, 1,7 milhão de famílias saíram espontaneamente do programa porque declararam renda superior R\$ 140,00 por pessoa (renda limite da atualização cadastral) e outras 483 mil foram excluídas porque obtinham renda superior ao perfil do programa.

Não obstante as críticas feitas em relação à política de transferência de renda do governo Lula, particularmente ao Bolsa Família devido a suposta armadilha da pobreza que faz com que a renda transferida mantenha os beneficiários na mesma condição socioeconômica precária, na prática, os resultados positivos evidenciaram os benefícios gerados às famílias carentes atendidas. Com a garantia do nível básico de subsistência, a mortalidade infantil diminuiu, a frequência das crianças na escola aumentou e cresceu também o nível de consumo das famílias atendidas.

No âmbito da seguridade social, segundo Fagnani (2011), consolidou-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que acompanha e promove a inclusão de pessoas em situação de risco social, e o Sistema de Único de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), com programas de aquisição de alimentos saudáveis e de construção de cisternas, que facilitam o acesso à água de qualidade para população rural.

Com intuito de democratizar o acesso à universidade, o governo criou em 2004 o Programa Universidade para Todos (Prouni), que fornece bolsas de estudos em instituições de ensino privadas para estudantes que concluíram o ensino médio na rede pública. De acordo com dados do Ministério da Educação, foram ofertadas 112.275 bolsas em 2005. Cinco anos depois, esse número mais que duplicou e foram ofertadas 241.273 em 2010. Além disso, o governo também ampliou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa que financia a graduação, em instituições particulares, de estudantes sem condição financeira para arcar com os custos.

Em 2010, os gastos com seguridade social totalizaram cerca 33,4 milhões em benefícios diretos, sendo 15,7 milhões de INSS urbano, 8,1 milhões de INSS rural, 3,6 milhões com assistência social e 6,1 milhões com seguro-desemprego. Considerando os beneficiários diretos e indiretos desses benefícios, conforme o IBGE, cerca de 106 milhões de pessoas foram beneficiadas pela seguridade social (FAGNANI, 2011).

A partir da instauração da crise internacional em 2008, o governo intensificou os gastos com política social, que aliado às obras do PAC, passou a ser utilizada também como

política anticíclica de combate aos efeitos deletérios da crise, por meio da expansão e fortalecimento da demanda doméstica. Assim, conforme Mercadante (2010, apud Fagnani, 2011), a priorização do social foi escolhida como uma das estratégias de desenvolvimento econômico e de combate à crise. A melhoria das condições socioeconômicas dos trabalhadores tornou o mercado interno mais robusto e gerou um ciclo virtuoso de produção e consumo, com a junção bem-sucedida de crescimento, estabilidade econômica, inclusão social, distribuição de renda e promoção da cidadania.

4 A MOBILIDADE ECONÔMICA NA BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL

No segundo governo Lula surgiram mudanças significativas na estrutura de distribuição da população em classes socioeconômicas, principalmente nos segmentos populacionais localizados na base da pirâmide social, o qual é composto pelas classes D e E. A ampliação do padrão de consumo e a melhoria da renda dessas classes ensejaram o crescimento da mobilidade ascensional para classe C. Segundo o governo, entre os anos de 2003 e 2011, cerca de 40 milhões de pessoas ingressaram na chamada nova classe média (classe C). Houve crescimento também nas classes que compõe a parte superior da pirâmide (classe AB), as quais foram incorporadas, conjuntamente, cerca nove milhões de novos membros entre os anos de 2003 e 2011.

Esse crescimento da mobilidade entre classes foi desencadeado por mudanças nas prioridades do governo, que estavam focadas nos segmentos de renda baixa. Em virtude disso, foram adotadas novas estratégias principalmente na condução das políticas econômicas e sociais, que ensejaram a ampliação e o fortalecimento do mercado interno. Dentre essas políticas destacou-se a valorização real do salário-mínimo, que ampliou o poder de compra das classes baixas, aliada ao aumento dos postos de trabalho formais. A expansão do crédito, tanto para o consumidor como para as empresas, também foi um instrumento fundamental na elevação da demanda doméstica, sobretudo com a concessão de microcrédito para empreendedores de baixo rendimento e com crédito consignado para aposentados e servidores públicos. Além disso, os programas sociais, notadamente os de transferência de renda, melhoraram consideravelmente o nível de consumo das famílias de baixa renda.

Dessa forma, a elevação do poder aquisitivo das classes baixas e a expansão da classe C foram impulsionados por políticas governamentais direcionadas para fomentar o consumo

do segmento populacional de baixa renda. Isso influenciou diretamente a expansão da demanda agregada, a qual se tornou o fator impulsionador do dinamismo interno da economia, principalmente no segundo mandato de Lula. Nesse cenário, no qual o governo conseguiu equilibrar crescimento econômico, estabilidade monetária e taxas de desemprego reduzidas, a ampliação da classe média, decorrente do aumento da classe C, foi comemorada por muitos como um dos grandes feitos do governo Lula. Entretanto, uma análise mais criteriosa desse fato evidencia as fragilidades e questiona a sustentabilidade da “nova classe média”, cuja aquisição de bens de consumo duráveis foi sustentada pelo crédito fácil e, em contrapartida, o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e moradia continuou deficitário para grande parte dessa classe.

4.1 Conceituação e Delimitação das Classes Socioeconômicas

O critério principal de estratificação da população em classes socioeconômicas é a renda média auferida pela família. Esse critério, todavia, não deve ser utilizado isoladamente na definição de classe em virtude das alterações na distribuição de renda que ocorrem ao longo do tempo. Assim, conforme Lamounier e Souza (2010), em vez da classificação com base apenas no rendimento, utiliza-se o potencial de consumo das famílias, que atribui uma pontuação para posse de bens de consumo duráveis, o nível de escolaridade do(a) chefe da família e para o número de banheiros e de empregados domésticos do domicílio. De acordo com a pontuação obtida, a família é enquadrada em uma das classes econômicas A, B, C, D ou E.

Tabela 7

Renda Familiar por Classes (2010)

Classe	Pontos	Renda média família (valor bruto em R\$)
A1	42-46	12.926
A2	35-41	8.418
B1	29-34	4.418
B2	23-28	2.565
C1	18-22	1.541
C2	14-17	1.024
D	8-13	714
E	0-7	477

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

Nota1: Dados com base no Levantamento Sócio Econômico 2010 – IBOPE.

A estratificação das famílias conforme esse sistema de pontuação, cujo fundamento é o potencial de consumo, é feito pelo Critério Brasil⁴, que embora atualizado no início 2015 com a incorporação da variável serviços públicos (água encanada e rua pavimentada) no cálculo da pontuação, ainda não é capaz de delimitar claramente o perfil das classes socioeconômicas. A classe média, por exemplo, tem dispêndios com atividades de entretenimento e viagens, ao passo que grande parte da classe C não tem recursos para consumir esses supérfluos.

Em sua pesquisa sobre o crescimento da classe C, a qual ele denomina de nova classe média, Marcelo Neri⁵ utilizou indicadores sociais baseados na renda per capita com intuito de estratificar toda a distribuição de renda. A definição das classes econômicas foi realizada com base em três vertentes adicionais além da renda média familiar: primeiramente o potencial de consumo, que utilizou o mesmo tipo de equação de renda do Critério Brasil, porém com os resultados expressos de forma contínua; em segundo a geração de renda, que usou a equação de renda como função dos ativos produtivos dos membros da família; por último, em terceiro, as expectativas das pessoas sobre o futuro, que foram medidas por um índice desenvolvido pelo autor.

Tendo em vista que a família é a unidade principal do conceito de classe, e não o indivíduo, para diferenciar as que têm a mesma renda total com número de membros distintos é necessário definir como critério de estratificação a renda per capita e não a renda total da família ou do domicílio. Além disso, o uso de faixas do salário-mínimo foi evitado devido às mudanças frequentes no seu poder de compra, as quais impedem que o salário-base seja um numerário com poder de compra constante ao longo do tempo (NERI, 2012).

Para separar as classes econômicas, de acordo com Neri (2012), o foco foi uma parcela da população com certos parâmetros fixados para o período total, ou seja, a renda absoluta de cada pessoa é relevante para delimitar as fronteiras de ingresso na classe média e de saída para classe alta. Assim, essa análise absoluta além de considerar a redução da desigualdade também utiliza o nível de crescimento da economia. Isto é, além da parcela de renda relativa de cada estrato da sociedade, também é deveras relevante mensurar a quantidade apropriada por cada um.

⁴ É o Critério de Classificação Econômica do Brasil desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), cujo intuito é definir grandes classes para atender a necessidade da maioria das empresas de segmentação da população conforme o poder aquisitivo.

⁵ Essa pesquisa foi ampliada e originou o livro *A Nova Classe Média. O Lado Brilhante da Base da Pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.

**Quadro 1- Definição de classes econômicas. Renda domiciliar total de todas as fontes
Limites (preços de 2011)⁶**

	Inferior	Superior
Classe E	0	R\$ 751,00
Classe D	R\$ 751,00	R\$ 1.200,00
Classe C	R\$ 1.200,00	R\$ 5.174,00
Classe AB	R\$ 5.174,00	

Fonte: *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

Nota 1: CPS/FGV com base nos microdados do IBGE.

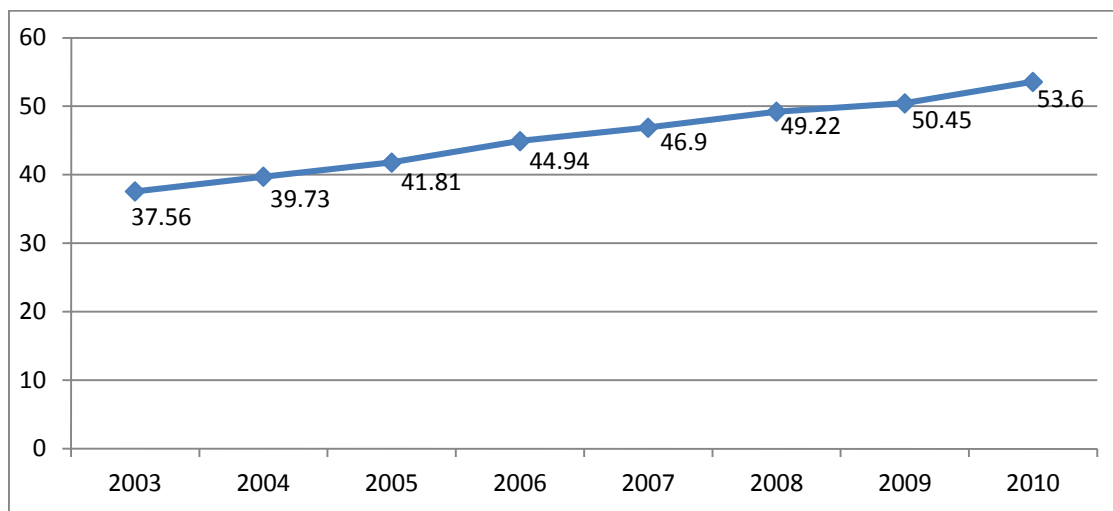
No quadro acima está representada a quantificação das faixas correspondente a cada classe feita pelo cálculo da renda domiciliar per capita, a qual é expressa em termos equivalentes da renda domiciliar total de todas as fontes, separadas em quatro grupos de renda. Assim, conforme Neri (2012), a classe C é a classe média em termos estatísticos porque obtém a renda média da sociedade brasileira. Embora alguns a considerem como classe média baixa, os gastos com bens de consumo duráveis, a captação de crédito e o emprego formal na classe C estavam em níveis elevados no início da crise internacional e permaneceram nesse patamar alto em 2010. Isso representou um forte indício de que os avanços na renda e no consumo desse segmento eram sustentáveis.

Dessa forma, em consonância com vertente de interpretação do governo, considera-se que o crescimento da classe C foi responsável pela grande expansão da classe média década passada. Segundo dados da Serasa Expiran e do Instituto Data Popular, esse segmento mediano era integrado por 38% da população em 2003, dez anos depois esse percentual atingiu 54% em virtude do ingresso de cerca de 40 milhões brasileiros na classe C. Com isso, o segmento de renda intermediário teria se tornado o estrato predominante da população brasileira.

Simultaneamente a esse movimento de expansão da classe média, houve uma redução considerável do contingente de pessoas nas classes mais baixas. No período de 2003 a 2010, a classe D foi reduzida em oito milhões de indivíduos e encerrou a década com cerca de 20% da população total. Já a classe E apresentou uma diminuição mais significativa. Foram cerca de 24 milhões de pessoas que superaram a linha da miséria de renda familiar de até R\$ 751,00 mensais. Isto representa uma queda de mais de 50% dos membros desse segmento em oito anos.

⁶ “ Os valores são calculados a partir do conceito de renda domiciliar per capita. Quando aplicamos a PME compatibilizadas com o fato de a renda ser só do trabalho para população de 15 a 60 anos” (NERI, 2012, p. 82)

GRÁFICO 5: Evolução da classe C (%)



Fonte: CPS/ FGV com base nos microdados da Pnad e PME/IBGE.

A trajetória ascendente da classe C durante os dois governos Lula, evidenciada no gráfico acima, é reflexo do êxito de políticas econômicas e sociais que promoveram a ampliação da renda dos segmentos da base da pirâmide social. Isso fez com que o consumo de bens duráveis, que anteriormente eram acessíveis apenas às classes média e alta, estivesse também ao alcance da classe trabalhadora, cujo aumento do poder aquisitivo decorreu, principalmente, da valorização real do piso mínimo e da maior facilidade para obter crédito pessoal. Assim, não obstante a melhoria do nível de consumo das famílias da classe C, é deveras questionável a inclusão desse segmento na classe média, a qual os membros auferem renda maior porque ocupam postos de trabalho bem-remunerados que exigem maior grau de instrução.

4.2 O Argumento da Grande Classe Média

Segundo Neri (2012), uma forte característica da nova classe média (classe C) é a aquisição de carro, computador, TV a cabo e também a captação de crédito pessoal e o financiamento da casa própria. Além disso, tem como símbolo primordial a carteira de trabalho. Ou seja, o poder de compra é garantido e ampliado pela atividade laboral desenvolvida e não depende exclusivamente do crédito e dos benefícios estatais. Portanto, embora os membros da classe C frequentem bastante *shopping centers*, o perfil que melhor os define não é o de meros consumistas, mas sim de produtores que buscam mais qualificação profissional com intuito de obter melhores rendimentos.

Assim, a análise da ampliação da renda per capita média, que teve crescimento real 4,72% ao ano, aumentando de R\$ 478,00 em 2003 para R\$ 630,00 em 2009, revela que a fonte de renda que mais cresceu foi a dos programas sociais, com aumento de 12,9% impulsionado principalmente pelo Bolsa Família. Em seguida, a parcela de renda da previdência vinculada ao salário mínimo cresceu 7,39%, que com os reajustes do mínimo pressionou o valor da base dos benefícios, e a parcela não vinculada do pós-piso cresceu 4,25%. Neste ínterim, a crescimento médio da renda proveniente do trabalho foi de 4,61% anual, sendo esse o fator precípua que garantiu a manutenção de um melhor padrão de vida para classe C ascendente, tornando-o sustentável nos anos vindouros. Além disso, a renda individual teve um ganho acumulado de cerca de 25% no período, sendo que as causas dessa expansão estão ligadas ao aumento do nível de escolaridade em 2,12% ao ano na população total (NERI, 2012).

No final da década passada, a classe C atingiu, notoriamente, um patamar de consumo deveras similar ao segmento que auferir a renda média da sociedade. Tendo em vista o crescimento da renda advinda do trabalho, a ampliação da demanda por eletrodomésticos e automóveis foi, em parte, sustentada pelo avanço desse rendimento. Entretanto, o fomento do governo ao consumo desses bens com isenção de IPI e a maior oferta de crédito para pessoa física foram imprescindíveis para que a classe C atingisse um nível de consumo semelhante ao do estrato de renda mediano. Além disso, o crescimento de maior impacto foi o de renda proveniente de programas sociais, cujo reflexo direto foi a melhoria do padrão de consumo das classes baixas D e E.

Conforme Lamounier e Souza (2010), a classe C denota certa fragilidade relativa ao consumo em virtude de sua fonte de renda está atrelada a fatores conjunturais que podem sofrer alterações ao longo do tempo, como é o caso da valorização real salário-mínimo, que pode ser revertida caso o governo adote prioridades diferentes. Adicionalmente, outro fator preocupante é a relevância do crédito como instrumento viabilizador da aquisição de bens de consumo duráveis e da casa própria. Em um cenário econômico desfavorável, no qual o poder compra torna-se reduzido, o surgimento da inadimplência é um fator que mitiga o padrão de consumo da classe C.

Uma análise específica da situação das classes econômicas, com foco no período de instauração da crise internacional, evidencia uma ligeira diminuição da renda média de 0,4% no final de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com Neri (2012), após o primeiro semestre de 2008, quando os efeitos iniciais da crise atingiram o Brasil, não

houve alterações qualitativas no ritmo de mobilidade dos estratos médio e baixo. A classe C continuou crescendo, ainda que com percentual menor. Em dezembro de 2008 cresceu 1,2% e, embora tenha caído 2,2% em janeiro e 0,2% em setembro de 2009, já no final desse mesmo ano cresceu 0,8%. Ou seja, a tendência do período posterior à crise continuou sendo de mobilidade das classes baixas para classe média.

Contudo, a instauração da crise, que gerou uma desaceleração repentina do crescimento do PIB, suscitou inicialmente um clima de incerteza em relação à permanência do ganho de renda obtido pelas classes baixas e, sobretudo, pela classe C, a qual havia ascendido recentemente ao nível de consumo da classe média. Todavia, as políticas anticíclicas implantadas pelo governo, que fomentaram a expansão da demanda doméstica, além de impedirem a perda de poder aquisitivo dos segmentos de renda média e baixa, promoveram o fortalecimento das principais fontes de renda desses estratos, ou seja, as remunerações atreladas ao salário mínimo, que continuou a ter valorização real, e os programas sociais de transferência direta de renda.

Dessa forma, para além de medidas conjunturais adotadas pelo governo, a garantia de manutenção do crescimento da classe C, no médio e longo prazo, está vinculada a melhora do nível de escolaridade de seus membros, pois é irrefutável a centralidade da educação na ascensão para as classes média e alta. Esse fato é corroborado pelo grande diferencial de renda existente entre pessoas mais e menos escolarizadas.

O crescimento da escolaridade dos trabalhadores tem sido um dos motivos centrais do ganho de renda real da população. Segundo matéria do Valor Econômico⁷, em 2013, um trabalhador com Ensino Médio tem remuneração 38% maior em relação a aqueles com apenas 10 anos de estudo, ao passo que o salário de um profissional de nível superior era 142% acima do recebido por trabalhadores com até 14 anos de estudo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) demonstram que entre 2003 e 2013 a composição das ocupações mudou bastante. O contingente de profissionais com Ensino Médio subiu de 25% para 36% e daqueles com Ensino Superior aumentou de 7,7% para 13%.

Assim, a mobilidade educacional está diretamente correlacionada ao aumento da renda média da população e, por consequência, à mobilidade econômica para estratos superiores. Por isso, para as novas gerações a disparidade na distribuição de oportunidades educacionais é

⁷ Esta matéria foi retirada da URL <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/31728/aumento-da-escolaridade-puxa-alta-da-renda/>. Acesso em 15/12/2015.

extremamente relevante porque é o fator que definirá a distribuição de ocupações e salários entre os segmentos da população.

A desigualdade educacional começou a diminuir no final da década passada, com isso, sua trajetória assumiu a forma de U invertido. Essa queda está vinculada a redução da desigualdade de renda, que ocorreu no mesmo período. Portanto, o resultado esperado é de que à medida que a escolaridade média aumentar, a disparidade educacional e, por conseguinte, a desigualdade de renda ingressem em uma trajetória declinante. Porém, tendo em vista que a mobilidade intergeracional de educação no Brasil é baixa em relação a outros países em estágio similar de desenvolvimento, existem disparidades regionais e entre as classes que devem ser consideradas na análise de distribuição de oportunidades educacionais entre os estratos da população. Exemplo claro disso é que no Nordeste os filhos de pais sem escolaridades tem uma probabilidade de não ter educação formal de 54%, enquanto que no Sudeste essa probabilidade é de 21% (LAMOUNIER; SOUZA, 2010).

No âmbito educacional, a atuação do governo, por meio do Prouni e do Fies, promoveu o ingresso de milhares de jovens de famílias de baixa renda no Ensino Superior, sendo esse um dos principais motivos do aumento do nível de escolaridade da população no governo Lula, que beneficiou diretamente as classes C, D e E. Além disso, os membros da classe C são os que mais frequentam cursos técnicos profissionalizantes, principalmente os que estão em idade ativa. Conforme dados da PME de 2004, 13,4% dessas pessoas frequentavam cursos técnicos. Em setembro de 2010 esse número chegou a 24,6%. Ou seja, um aumento de 83% no período, cujos maiores percentuais foram registrados entre os anos de 2004 e 2007.

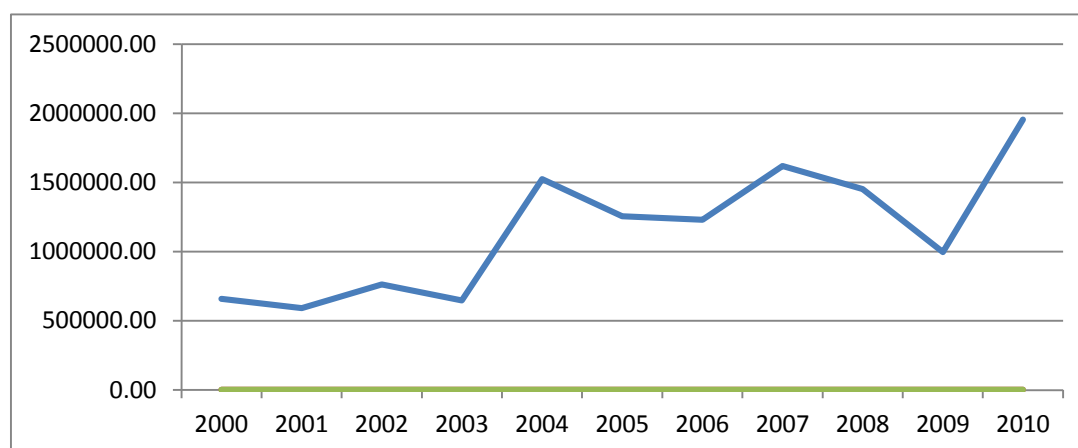
De forma análoga ao aspecto educacional, para entender os fundamentos da mobilidade econômica das classes D e E para classe C, outra perspectiva de análise deveras relevante é a maior inserção de brasileiros no mercado de trabalho formal, que se tornou viável devido à conjuntura de dinamismo da atividade econômica aliada a fatores de incentivo como a melhoria do nível de escolaridade da população, maior formalização das microempresas e mais fiscalização dos órgãos trabalhistas. Contudo, conforme dados da Pnad em 2008, o contingente de trabalhadores formais era de 31%. Esse percentual era quase equivalente ao dos informais de 32%, que são os sem carteira assinada e os que trabalham por conta própria.

O problema da informalidade está relacionado principalmente à qualidade dos postos

de trabalho, sendo mais comum um número maior de empregados informais em ocupações precárias. De acordo com Neri (2012), exemplo claro disso é que 57% da população pobre pertencem à famílias chefiadas por informais. Ou seja, a maioria dos brasileiros pobres está na informalidade, e não desempregada. Isso acarreta maior risco ocupacional porque são posições mais instáveis, que em caso de perda repentina do emprego podem prejudicar o bem-estar da família devido à ausência de proteção social, pois trabalhadores informais tem menor acesso aos programas de previdência social.

Irrefutavelmente, o crescimento da taxa de formalização dos postos de trabalho é um dos fatos mais notórios da década passada. Do final de 2003 até 2011 foram gerados mais de oito milhões de empregos formais, sendo que relativamente à população, a maior geração foi nas regiões Norte e Nordeste, durante os oito anos do governo Lula, nos quais houve a ascensão da classe C. Portanto, uma das causas primordiais da expansão do emprego formal foi o impacto positivo do crescimento econômico na elasticidade da demanda por trabalho. Outro fator relevante foram as inovações na legislação trabalhista realizadas no governo Fernando Henrique, como a criação de banco de horas, cooperativas de trabalho, contratos temporários de trabalho e participação dos funcionários nos lucros (NERI,2012).

GRÁFICO 6: Geração Líquida de Emprego Formal (2000-2010)



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego/CAGED

No gráfico acima está evidenciada a trajetória de expansão dos postos de trabalho formais, que embora oscilante, no acumulado do período atingiu um patamar bastante elevado. Especificamente de 2004 a 2008, a média anual de geração de empregos formais foi

de 1,4 milhões. Essa média só decaiu um pouco no final de 2008, em virtude dos impactos negativos da crise, quando mais de 600 mil postos foram fechados. Contudo, já na segunda metade de 2009 o ritmo de crescimento elevado anterior à crise foi retomado, sendo que do início do primeiro mandato de Lula em 2003 até o final do segundo foram criados mais de oito milhões de empregos formais.

Outro fator relevante para ascensão da classe C foi a expansão do crédito para pessoa física e, primordialmente, do crédito produtivo popular, o qual beneficiou de forma direta os microempreendedores das classes mais baixas, que são em geral trabalhadores autônomos que atuam em segmentos informais. Conforme Neri (2012), em 2011 esse grupo composto por autônomos e empregadores representava 11,9% da população, cerca de 22 milhões de pessoas que têm, no geral, um lucro médio de R\$ 1.082,00 ao mês e aproximadamente sete anos de estudo. Com base em uma amostra de quase 500 mil nano empresas do Crediamigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste que é o maior de crédito popular do Brasil, constatou-se que clientes antigos obtiveram um lucro bruto de 42,51% e operacional de 42,9% em 2008. Os resultados ao longo dos anos comprovam que quanto maior o tempo de permanência no programa, maior é o impacto positivo sobre o lucro. Assim, uma comparação da mobilidade entre classes econômicas das famílias do Crediamigo com as da PME evidenciou que na classe C a probabilidade de ascensão das primeiras foi de 9,95% contra 7,55% das demais.

Portanto, o aumento dos postos de trabalho formais, a valorização real do salário mínimo, a expansão do crédito (principalmente do produtivo popular), o fortalecimento dos programas sociais e a melhoria do nível de escolaridade da população foram os fatores primordiais para o incremento da renda média das classes C, D e E. Com isso, o cenário econômico favorável da década passada, forjado por políticas governamentais focadas no social, possibilitou a inclusão de milhões de brasileiros no mercado consumidor, além de ampliar o padrão de consumo do segmento mediano.

Nesse sentido, Neri (2012) argumenta que as bases do crescimento tão significativo do estrato médio da população remontam ao final da década de noventa, segundo mandato de FHC, no qual foi implantado o tripé macroeconômico que garantiu a estabilidade econômica do País, sendo, por isso, adotado também pelo governo Lula. Neste ínterim, se verificou o surgimento de um novo tripé composto pelo Bolsa Família, o PAC e as ações de acesso a mercados dos produtores pobres. Esses três fatores, contudo, não garantem sozinhos que a classe C continue em uma trajetória ascendente no longo prazo. Para isso, a melhoria do nível educacional da população é imprescindível, sendo o Bolsa Família um instrumento eficiente

na preservação dos estudantes de baixa renda de choques econômicos devido suas condicionalidades educacionais. Além disso, é imprescindível também a implantação de políticas que assegurem o ingresso dos pobres como produtores nos mercados consumidores, por meio da superação de obstáculos como a falta de demanda e a forte concorrência, decorrentes de problemas de infraestrutura, formalização, captação de crédito, etc.

Promover a inserção produtiva de indivíduos pobres é um desafio, sobretudo, de ampliação do acesso ao mercado de trabalho. Nesse processo, a educação é o principal meio para se adquirir uma ocupação formal. Adicionalmente, diversos economistas argumentam que as reformas da previdência, do sistema tributário e a trabalhista também são componentes fundamentais para intensificar a relação entre crescimento econômico e mercado de trabalho. Assim, Neri (2012, p. 263), explanou o papel do governo na inclusão população de baixa renda, como produtores, da seguinte forma:

Se a opção é ir além do “dar o mercado aos pobres” usando o Estado como ponte, vale incorporar na agenda do “choque de gestão” a conexão entre distribuição de recursos do orçamento público e o desempenho das diferentes unidades receptoras de recursos, medidas por indicadores sociais.

Alguns gostariam de uma agenda mais amigável à ação privada, outros gostariam de um Estado provedor. O coletivo de brasileiros, no fundo, quer duas coisas, respeito às regras de mercado com políticas sociais ativas por parte do Estado. Se os consensos de Washington não vigoram em Brasília, Caracas também não é aqui. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem se esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados.

Porém, apenas retirar os entraves ao desenvolvimento de negócios produtivos da população pobre não garante a ascensão desse segmento a classe média, pois a mobilidade econômica depende da capacidade de se obter uma renda média que garanta um padrão de vida com as principais benesses de consumo desfrutadas pelos membros do segmento mediano, como carro, casa, atividades culturais e viagens. Embora o nível de consumo das classes baixas e da classe C tenha melhorado bastante na década passada, qualitativa e quantitativamente com o maior consumo de bens duráveis, é preciso uma análise mais crítica da interpretação amplamente difundida de que houve o surgimento de uma nova classe média.

Dessa forma, tendo em vista que a elevação da renda média e, por conseguinte, do padrão de consumo da classe C decorreram de políticas governamentais de fomento à expansão do mercado interno, considerar que a maioria das famílias desse segmento progrediu ao estrato de renda mediano é uma análise bastante otimista dos fatos, pois esse progresso está

atrelado a políticas conjunturais. Com isso, o surgimento de mudanças no cenário econômico e nas prioridades do governo pode reverter o quadro favorável. Prova disso é o arrefecimento do poder de consumo da classe C nos últimos cinco anos. A conjuntura atual de baixo crescimento econômico, aumento da inflação e juros altos enfraqueceu as fontes de expansão da renda média desse segmento. Conforme matéria da Carta Capital, as pesquisas recentes não apontam redução do contingente de pessoas nesse estrato, mas revelam que cerca de 42% dos seus trabalhadores fazem serviços extras para complementar a renda.

4.3 O Mito da Grande Classe Média

Os avanços do rendimento da população que compõe a base da pirâmide social, ocorridos no governo Lula, decorrem da implantação bem-sucedida de políticas estratégicas focadas em promover a inclusão socioeconômica de membros de famílias de baixa renda. Notoriamente, a grande expansão dos postos de trabalho formais e do microcrédito, os ganhos reais do piso mínimo e o fortalecimento do Bolsa Família foram os catalisadores da ampliação do nível de consumo das classes E, D, e C, sendo que a última teve 39 milhões de seus membros enquadrados como classe média. Todavia, o perfil das fontes de renda, a remuneração e o tipo de ocupação denotam que a maioria dos integrantes desse estrato continua pertencendo à classe trabalhadora, composta pelos segmentos de renda populares.

A chegada de um ex-operário a Presidência da República inaugurou um período de grandes transformações no nível de bem-estar das classes de baixa renda. De acordo com Pochmann (2014), implantou-se no País a agenda do novo sindicalismo, que estava vinculada à difusão do consumo de massa e ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social, com foco central no combate à pobreza e à desigualdade social, além da busca pelo pleno emprego. Com isso, houve uma mudança significativa na estrutura social do Brasil, que de terceiro país mais desigual do mundo tornou-se o décimo quarto no final da década passada. Isso ocasionou uma tendência de homogeneização do padrão de consumo de bens duráveis entre os estratos baixo, médio e superior da população devido à superação do subconsumo dos trabalhadores desencadeada pelo processo de desconcentração da renda nacional. Assim, a inversão de prioridades do governo, cujo intuito era distribuir para crescer, beneficiou primordialmente o segmento formado pelos trabalhadores pobres.

Para avaliar detalhadamente a mobilidade econômica na base da pirâmide, Pochmann (2014) separou o conjunto da população brasileira em três partes iguais e acompanhou a evolução de cada uma a partir de 2001. Tendo com base o ano de 2008, essa análise revelou

que a base da pirâmide social estava no primeiro terço total da população, que tem renda individual de até R\$ 188 ao mês. O segmento de renda intermediária compunha o segundo terço populacional, com rendimento individual de R\$ 188 a R\$ 465 mensais. E o terceiro e último terço era formado pelo estrato de renda alta, cujo rendimento individual era superior a R\$ 465 mensais.

Com base nessa divisão populacional, é possível constatar, a partir de 2005, uma redução considerável da participação relativa do estrato de baixa renda na população total. Reflexo disso é que em 2008 esse estrato atingiu sua menor participação relativa desde 1995, representando apenas 26% dos brasileiros. O contingente da base da pirâmide social apresentou uma redução de participação relativa de 22,8% entre 2005 e 2008, em decorrência da ascensão de 11,7 milhões para estratos de renda maiores. Já o estrato intermediário teve um aumento relativo de 7,2% no total da população, com ingresso de sete milhões de pessoas, e o estrato superior teve crescimento de 11,5 milhões de brasileiros, o que representou um aumento da participação relativa de 16,2%. Com isso, os estratos de renda intermediária e alta aumentaram sua representatividade populacional (POCHMANN, 2014).

Tendo em vista que os três segmentos de renda registraram ascensão significativa, é notório que o avanço da mobilidade econômica afetou positivamente o conjunto da população. Porém, indubitavelmente, os segmentos da base da pirâmide social foram os que mais progrediram em termos proporcionais. Em uma conjuntura de crescimento do PIB, aliado à expansão do gasto social, com baixo desemprego, aumento da renda média e crédito facilitado tornou-se viável a ampliação do poder aquisitivo das classes baixas. Com isso, o mercado de consumo de massa chegou a esses estratos por meio da modernização do padrão de consumo da classe trabalhadora, cujo resultado foi a maior aquisição de bens de consumo duráveis.

Além do crescimento da renda média da população, outro fator que impactou diretamente o nível de consumo dos estratos de renda baixa foram as mudanças nos preços relativos dos produtos manufaturados e dos serviços, que criaram espaço nos orçamentos familiares para diversificação das escolhas de consumo. Conforme Pochmann (2014), essa influência das alterações dos preços relativos deve ser analisada à luz da configuração do novo padrão de produção globalizado, forjado pelas grandes corporações mundiais. Nesse sentido, surgiram cadeias globais de produção que combinam mão de obra barata e capital com tecnologia avançada, em locais que tem a infraestrutura necessária, que são principalmente países asiáticos. Adicionalmente, a redução de outros custos de produção

como transporte, tributação, comunicação, etc. possibilitaram o surgimento de um padrão de produção com preços menores, cuja escala de distribuição é mundial.

No Brasil, entre 1995 e 2012, a análise dos preços desagregados revela mudanças significativas nos preços relativos. Observa-se uma redução dos preços de bens domésticos como alimentação, vestuário e eletrodomésticos relativamente à trajetória geral da inflação. Em contrapartida, nas áreas de educação, comunicação, habitação e de serviços de utilidade pública houve crescimento dos preços acima da variação da inflação mensurada pelo IPCA. Dessa forma, ao longo desse período, as alterações dos preços relativos de bens e serviços possibilitaram o consumo de produtos eletrônicos, celulares, computadores e viagens de baixo custo para os estratos de renda baixa e, simultaneamente, promoveram também a redução dos dispêndios com vestuário e alimentação (POCHMANN, 2014).

Portanto, essa modernização do padrão de consumo da classe trabalhadora foi impulsionada pela diminuição dos preços relativos, que estimulou aquisição de produtos industrializados. Outro fator preponderante para o fortalecimento do nível de consumo das famílias da classe baixa foi o crescimento da renda média da população empregada, que assegurou a ampliação da demanda desse segmento e, conseqüentemente, promoveu o dinamismo econômico do mercado doméstico na década passada, sobretudo durante a crise internacional. Verificou-se, então, a inserção de pessoas com remuneração de salário base no universo de consumo de bens e serviços de alto valor agregado, o qual estava anteriormente restrito às classes média e alta.

Notoriamente, a melhoria do rendimento médio da população estava vinculada à valorização real do piso mínimo, ao crescimento dos postos de trabalho formais, à ampliação de recursos destinados aos programas de transferência de renda e de benefícios sociais, bem como a democratização do acesso a crédito para consumo popular. Esses fatores que conjugados fomentaram a melhoria do padrão de consumo das classes baixas, que são estratos historicamente defasados nesse sentido, anteriormente enquadrados como subconsumidores.

Além dos fatores citados acima, de acordo com Pochmann (2014), houve outras causas determinantes para elevação da renda per capita das famílias brasileiras. É caso da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, que aumentou de 35,4% em 2000 para 43,9% em 2010, sendo que esse aumento da participação feminina teve início já nos anos 1990. Aumentou também o percentual de mulheres chefes de família, de 26,7% no início da década para 37,3% no final. Outro fator relevante para ampliação da renda per capita foi a redução do

tamanho médio das famílias, o qual saiu do patamar de 3,7 membros em 2000 para 3,3 em 2010. Portanto, a nova configuração das famílias com menos membros e o aumento do número de mulheres ocupadas possibilitaram a elevação do rendimento familiar per capita.

Assim, essas mudanças na dinâmica socioeconômica da população brasileira são o reflexo do êxito de políticas públicas direcionadas para melhoria a qualidade de vida das classes baixas, cujos membros têm remuneração de até dois salários-mínimos. Neste ínterim, o aumento da renda média nacional aliado ao baixo nível de desemprego, às transferências feitas por benefícios sociais (principalmente os previdenciários) e pelo Bolsa Família asseguraram a obtenção de um rendimento mínimo para as famílias da base da pirâmide social.

Esses avanços na renda média e no consumo, sobretudo da classe trabalhadora, são ratificados pela modificação que ocorreu na distribuição de renda. Segundo Pochmann (2014), entre os anos 2008 e 2003, a média de crescimento da renda média familiar per capita do topo do estrato superior, formado pelos 10% mais ricos, foi de 1,6% ao ano. Simultaneamente, o rendimento médio familiar per capita entre os 10% mais pobres cresceu 9,1% ao ano. Dentre os fatores responsáveis por esse aumento significativo da renda média das famílias mais pobres, destacou-se, primordialmente, a política de valorização real do salário-mínimo implantada pelo governo Lula, que entre os anos de 2003 a 2010, colocou R\$1trilhão em remunerações de trabalhadores com empregos de base.

Nessa análise da mobilidade econômica dos segmentos de renda da base da pirâmide social é fundamental a compreensão do papel do sistema tributário enquanto mecanismo que afeta diretamente a desigualdade de distribuição de renda. No caso do Brasil, lamentavelmente, o sistema tributário tem um efeito regressivo, pois tributa mais, proporcionalmente, os indivíduos que auferem menos renda em relação àqueles que têm rendimentos mais elevados. Isso se deve ao fato de que a principal fonte de tributação é os impostos indiretos, que incidem sobre produção e consumo, e não os diretos, que incidem sobre a renda.

A análise da trajetória de evolução da carga tributária, a partir da segunda metade dos anos de 1990 até o final da década passada, revela o avanço da regressividade do sistema tributário sobre o consumo da população de baixa renda. Em 1996 a carga tributária das famílias de até dois salários mínimos era de 28% da renda, em 2009 chegou a 32%. Ou seja, a disponibilidade líquida aquisitiva dessas famílias após a tributação caiu para 68% da renda

bruta. Em contrapartida, a carga tributária das famílias de rendimento igual ou superior a 30 salários mínimos aumentou de 18% em 1996 para 21% em 2009, o que significa uma disponibilidade de 79% do valor bruto da renda. Dessa forma, fica evidente que a carga tributária das famílias de baixa renda é proporcionalmente mais onerosa do que a das famílias de renda elevada. Uma vez as alterações da tributação são um dos fatores que afetam o padrão de consumo das famílias, o impacto regressivo gerado mitiga o poder aquisitivo e reduz a qualidade de vida das famílias da base da pirâmide social (POCHMANN, 2014).

Em suma, constata-se que as mudanças no direcionamento das políticas econômicas, juntamente com uma política social ativa, promoveram a modernização e a expansão do padrão de consumo dos segmentos de renda baixa. Dentre as causas primordiais do fortalecimento da renda média das famílias pobres estão a valorização real do salário-base, o aumento dos postos de trabalho formais, as transferências de programas e benefícios sociais, a expansão do crédito popular, além da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e da redução do tamanho médio das famílias. Dessa forma, todos esses fatores em conjunto potencializaram a renda média e o nível de consumo dos assalariados com remuneração de até dois salários mínimos, configurando a formação de uma nova classe trabalhadora, que embora tenha obtido alguns avanços no nível de bem-estar ainda está distante do padrão da classe média, cujo rendimento possibilita o acesso à educação, saúde e moradia de boa qualidade.

5 CONCLUSÃO

O suposto fenômeno de formação de uma nova classe média brasileira, na década passada, é considerado um dos principais êxitos do governo Lula, o qual conciliou crescimento econômico, inflação controlada, baixo desemprego e redução da desigualdade social. Tendo em vista que no primeiro mandato o ritmo da atividade econômica foi sustentado basicamente pelo aumento das exportações de commodities, no segundo, com o advento da crise internacional em 2008, o dinamismo do mercado interno tornou-se o principal fator impulsionador do crescimento do PIB. Nesse cenário, a potencialização das fontes de renda e do nível de consumo da classe C foi determinante para expansão da demanda doméstica.

As causas do fortalecimento da classe C estão vinculadas à implantação de políticas sociais mais efetivas e à manipulação de instrumentos de política econômica, cujo intuito era melhorar o nível de bem-estar da população pobre por meio da ampliação do consumo. Dentre as políticas adotadas pelo governo, os que mais impactaram a mobilidade econômica dos segmentos de renda da base da pirâmide social foram a valorização real do salário mínimo e o aumento dos postos de trabalho formais, a expansão do crédito, principalmente para pessoa física, e a maior cobertura dos programas sociais, sobretudo de transferência de renda (Bolsa Família).

O impacto gerado por essas políticas desencadeou um aumento do poder aquisitivo das famílias das classes baixas, que passaram a adquirir serviços de baixo custo e mais bens de consumo duráveis como produtos eletrônicos, eletrodomésticos, motocicletas e carros populares, sendo que no caso desses bens a redução do IPI e o crédito facilitado foram essenciais. Isso evidencia que a modernização do padrão de consumo das famílias de baixa renda é decorrente de medidas de estímulo à expansão da demanda agregada, que são claramente instrumentos de caráter conjuntural e podem ser revertidas a médio ou longo do tempo. Por isso, a mobilidade econômica da classe C é um fenômeno de natureza eminentemente cíclica, que não tem embasamento estrutural.

Entretanto, o argumento do governo sobre esse fenômeno, que é corroborado por Marcelo Neri, faz uma apologia do surgimento de uma nova classe média, que com a ascensão de cerca de 40 milhões brasileiros à classe C tornou-se o segmento de renda

majoritário, englobando mais da metade da população total do País. Nesse sentido, o aumento da renda média e do microcrédito produtivo (Crediamigo) são apontados como alguns dos fatores que conferem sustentabilidade a manutenção do novo padrão de consumo da classe C. Todavia, o rendimento que mais cresceu no período foi o proveniente de programas de transferência de renda e o microcrédito, que beneficiou microempreendedores do Nordeste, não foi difundido em âmbito nacional.

Em vez da suposta medianização da sociedade brasileira, o grande fenômeno da década passada foi a inclusão dos trabalhadores de baixo rendimento no mercado de consumo de massa, o qual era anteriormente acessível apenas à população de renda média e alta. Os reajustes reais do piso mínimo, juntamente com a expansão do crédito popular, possibilitaram que os assalariados com remuneração de até dois salários mínimos pudessem ampliar o consumo de bens industrializados. Assim, o crescimento do poder aquisitivo desse segmento de renda, que tradicionalmente é marcado pelo subconsumo, ensejou o surgimento de uma nova classe trabalhadora no Brasil, cujo principal destaque é a robustez do padrão de consumo.

Além da valorização real do salário-base, expansão do crédito, maior cobertura dos programas e benefícios sociais, Márcio Pochmann aponta outros fatores deveras relevantes para elevação do nível de consumo dos estratos de baixo rendimento; o maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a redução do número médio de membros das famílias e as mudanças dos preços relativos, que ao tornar os produtos básicos (vestuário e alimentação) mais baratos contribuiu para o aumento da renda disponível e do consumo de bens duráveis.

Portanto, no arranjo atual das economias capitalistas, que impõem o nível consumo como forma central de inclusão e diferenciação socioeconômica dos indivíduos, o crescimento da renda média da população brasileira possibilitou à classe trabalhadora a aquisição de bens de consumo duráveis e serviços que eram exclusivos dos estratos de rendimento intermediário e superior. Assim, não obstante o padrão de consumo dos trabalhadores de baixa renda tenha se assemelhado ao do estrato de rendimento mediano, isso não configurou a ascensão desse segmento à classe média, pois o que ocorreu de fato foi o surgimento de uma nova classe trabalhadora, mais empoderada em termos de nível de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores Econômicos. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em 02 out. 2015.

BANCO CENTRAL D BRASIL. Boletim Anual do Banco Central 2007, 2008, 2009 e 2010. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em out. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010**. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 20/10/15.

BRASIL. Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **11º Balanço do PAC**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 20/10/15.

COSTA JUNIOR, F. J. A. **Novo-Desenvolvimentismo, Governo Lula e o Programa de Aceleração do Crescimento: uma análise crítica**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

CURADO, M. Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnonologia**, Curitiba: ano 07, volume especial, p. 92-103, 2011.

DIEESE. **Política de Valorização do Salário Mínimo**: aplicação da MP 421 em 1º de março. São Paulo: Dieese, mar. 2008, (Nota Técnica, n. 62).

FAGNANI, E. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Instituto de Economia da UNICAMP, junho de 2011 (Textos para Discussão, n.192).

FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 24-34 jan/jun 2007.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GIAMBIAGI, F. **A Política Fiscal do Governo Lula em Perspectiva Histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?**. Planejamento e Políticas Públicas-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004, n.27.

GIAMBIAGI, Fábio; SCHWARTSMAN, Alexandre. **Complacência. Entenda Porque o Brasil Cresce Menos do que Pode**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas: verdademá-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. 1ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

_____. **Nacional Desenvolvimentismo às Avessas**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos-CODE 2011. Disponível

<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf> . Acessado em : 03/11/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011) **Sistema de Contas Nacionais Referências 2000**. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acessado em: 20/10/2015.

KREIN, J. D.; NUNES, B. T.; SANTOS, A. L. **Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições**. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, fev de 2012 (Textos para Discussão, n.201)

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. **A classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

MAGALHÃES, E. S; MOREIRA, C. A. L. Um Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva: considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói: n. 38, p. 90 a 106, jun. de 2014.

MARQUES, R. M. Política de Transferência de Renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia: v.11, n.2, p. 237 a 243, jul/dez. 2008.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo: v. 31, n. 4 (134), p.507-527, out/dez de 2011.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. 1ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PAULANI, L. M. A Dependência Redobrada. **Revista Le Monde Diplomatique**, São Paulo: ano 6, n. 61, ago 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1219>. Acesso em 26/11/2015.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ **O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RODRIGUES, T. A.; SALVADOR, E. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **Revista SER Social**, Brasília: v.13, n. 28, p. 129-156, jan/jun 2011.

SOUEN, J.A. **A Política de Valorização do Salário Mínimo e seus Determinantes no Contexto da Retomada Econômica(2003 – 2010)**. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST8\[168\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST8[168]ABEP2012.pdf). Acesso em 30/11/2010.